



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 056

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 2013

ANO II

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ASSESSORIA DA MESA	0822
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	0828
SEC. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO	0830

TAQUIGRAFIA

ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

Em 9 de abril de 2013

Presidência dos Srs.

Luizinho Goebel – Deputado

Saulo Moreira – Deputado

Hermínio Coelho – Presidente

Marcelino Tenório –

Edson Martins –

Secretariados pelo Sr.

Lebrão – 1º Secretário

(Às 15 horas e 22 minutos é aberta a Sessão.)

PARLAMENTARES PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Ana da 8 (PT do B), Cláudio Carvalho (PT), Edson Martins (PMDB), Epifânia Barbosa (PT), Euclides Maciel (PSDB), Flávio Lemos (PR), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jaques Testoni (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Lebrão (PTN), Luiz Cláudio (PTN), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Marcos Donadon

(PMDB), Neodi (PSDC), Ribamar Araujo (PT), Saulo Moreira (PDT), Valdivino Tucura (PRP) e Zequinha Araujo (PMDB).

PARLAMENTARES AUSENTES: Adriano Boiadeiro (PRP), Kaká Mendonça (PTB) e Maurão de Carvalho (PP).

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Havendo número legal, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 14ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Secretário proceder à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (Secretário) – Procede à leitura da ata da Sessão anterior.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada.

Solicito ao senhor Secretário proceder à leitura do expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Mensagem nº 74/2013 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar até o montante de R\$ 4.682.500,00 em favor da Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Saúde – FES”.

02 – Mensagem nº 75/2013 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação até o montante de R\$ 3.776.900,00 em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – SEAGRI”.

03 – Ofício nº 689/2013 – Ministério Público, encaminhando a Recomendação nº 004/2013-3ºPJ-JÁ.

04 – Ofício nº 032/2013 – Câmara Municipal de Jarú, solicitando Sessão Itinerante da Assembleia Legislativa.

MESA DIRETORA

Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Vice-Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**

2º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**

2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**

3º Secretário: **MARCELINO TENÓRIO**

4º Secretário: **VALDIVINO TUCURA**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**

Chefe da Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

05 – Ofício nº 240/2013 – SETUR, solicitando a apreciação e manifestação sobre o projeto “Centenário da Capela Santo Antônio”.

06 – Requerimento do Senhor Deputado Ribamar Araújo, justificando sua ausência nas Sessões dos dias 12 e 27 de março de 2013.

07 – Requerimento do Senhor Deputado Adriano Boiadeiro, justificando sua ausência nas Sessões dos dias 02 e 27 de março de 2013.

08 – Requerimento do Senhor Deputado Jean Oliveira, justificando sua ausência nas Sessões dos dias 19 e 27 de março de 2013.

09 – Requerimento do Senhor Deputado Kaká Mendonça, justificando sua ausência nas Sessões dos dias 19 e 27 de março de 2013.

10 – Requerimento da Senhora Deputada Ana da 8, justificando sua ausência na Sessão do dia 27 de março 2013.

11 – Requerimento do Senhor Deputado Maurão de Carvalho, justificando sua ausência nas Sessões dos dias 19 e 27 de março de 2013.

12 – Requerimento do Senhor Deputado Marcos Donadon, justificando sua ausência na sessão do dia 27 de março de 2013.

13 – Requerimento do Senhor Deputado Luiz Cláudio, justificando sua ausência na sessão do dia 27 de março de 2013.

14 – Requerimento da Senhora Deputada Glaucione, justificando sua ausência nas sessões dos dias 12, 19 e 27 de março de 2013.

15 – Requerimento do Senhor Deputado Valdivino Tucura, justificando sua ausência na sessão do dia 27 de março de 2013.

16 – Requerimento do Senhor Deputado Flávio Lemos, justificando sua ausência na sessão do dia 27 de março de 2013.

17 - Requerimento do Senhor Deputado Hermínio Coelho, justificando sua ausência na sessão do dia 27 de março de 2013.

18 – Requerimento do Senhor Deputado Maurão de Carvalho, justificando sua ausência na sessão do dia 09 de abril de 2013.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Quero aproveitar a oportunidade e registrar a presença aqui do ex-colega Deputado Alex Testoni, hoje Prefeito reeleito, grande Prefeito lá no município de Ouro Preto e também o Nilton Locatelli, nosso Chefe do CIRETRAN lá na cidade de Vilhena, Coordenador Regional da CIRETRAN e todos os colegas do CIRETRAN de Cacoal, de Ji-Paraná que o acompanham.

Sejam bem-vindos a esta Casa. Registro também, em nome do Deputado Edson, a presença da ex-vice-prefeita, esposa do Deputado Edson Martins, Dona Maria, que também abrilhanta a galeria desta Casa.

Após a leitura do expediente, passamos às Breves Comunicações. Não havendo oradores inscritos, passamos ao Grande Expediente.

Com o prazo de até vinte minutos, com apartes, a palavra está franqueada ao eminente Deputado da grande região do Jamari, Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, senhores Deputados aqui presentes, pessoal aqui na galeria.

Quero, senhor Presidente, senhores Deputados, aproveitar este momento aqui na tribuna para registrar uma situação lamentável, essa questão de Ariquemes. Na sexta-feira, dia 05, foi o último prazo para cadastrar no Ministério das Cidades, o Projeto até que foi feito pelo ex-prefeito, hoje Governador do Estado, que era de oitenta milhões de reais para saneamento básico de Ariquemes. O Deputado Saulo conhece, foi Vereador na época, e quinze milhões para a água. E, infelizmente, por não concordar em fazer uma carta de intenções, o Prefeito Municipal de Ariquemes não fazer uma carta de intenção de fazer parceria com a CAERD, perdeu de cadastrar cento e treze milhões, Deputado Cláudio, que hoje o Governo Federal está disponibilizando recurso para saneamento básico. Já é a 3ª etapa do PAC II, e a gente não sabe se vai ter a 4ª etapa, dificilmente porque o ano que vem já é ano político. E a gente lamenta muito e antes de fechar o prazo, na quinta-feira, quando a CAERD me procurou, nós estivemos falando com o Prefeito, colocando esse risco, essa falta, essa possibilidade de perder esse recurso, insistimos e não houve boa vontade. A Presidente da CAERD também esteve em Ariquemes conversando com ele, e ele tratou com menosprezo, dentro de cinco minutos já falou que não tinha intenção, que não tinha interesse, Deputado Lebrão, e acabou não fazendo. Mesmo com o pessoal que foi pela Justiça, fazendo levantamento na CAERD e estava fazendo o levantamento um engenheiro nomeado pela Justiça e nós pedimos que ele fosse junto ao Prefeito, que esclarecesse e tentasse convencer. Mesmo assim foi negativa a opinião do Prefeito. Todos os Vereadores de Ariquemes foram notificados pela CAERD colocando a proposta que já estava pronta, já tinha sido, inclusive, pela CAERD, cadastrada no Ministério das Cidades e precisava simplesmente, nem era fechar a proposta, mas era sim fazer uma carta de intenções de fechar que depois seria discutida a tarifa, o serviço, mas pelo menos garantiria o recurso para que o recurso viesse para o Estado e o Estado licitasse e fosse investido no município de Ariquemes. E mesmo assim não concordou, e a gente lamenta.

Eu venho hoje a esta tribuna lamentar. Tomara que haja alguma chance de cadastrar ainda. Na quinta-feira, antes de terminar o prazo, tentei falar com o Governador em Brasília e não consegui. Aí, no sábado, encontrei o Governador em Ariquemes: ‘Governador a situação está desse jeito’. Ele falou: ‘Infelizmente nós perdemos’. Também foi categórico em dizer que a chance, praticamente, é zero de recuperar esse recurso.

Então, eu quero dizer que o ex-prefeito Márcio, quando brigou com a CAERD, perdeu nos dois últimos anos quarenta e seis milhões que nós tínhamos já garantidos na segunda etapa do PAC e agora mais uma vez. Então nós viemos aqui lamentar porque achamos isso um crime, perder recurso que já estava em condições, projeto feito, projeto atualizado e perdemos de Ariquemes. Aí diz o Prefeito que vai fazer uma licitação para, e que a CAERD se habilitasse a concorrer nessa licitação. Mas no

momento a empresa que está apta para receber é essa. Colocamos inclusive que a CAERD teve momentos muito mais difíceis e no momento em que o Governo do Estado assumiu, nós aprovamos aqui nesta Assembleia autorização para o Governo assumir a dívida com a ELETROBRAS, mas a CAERD está pagando as parcelas e também está pagando gradativamente as dívidas atrasadas. Então, já esteve num momento pior e hoje, de qualquer maneira, seria a única empresa viável para buscar esse recurso. E Ji-Paraná, o ex-Deputado Jesualdo foi um dos mais críticos contra a CAERD nesta Casa, fez o acordo, renovou para cinco anos e garantiu os recursos. Então, infelizmente, o ex-Deputado Lorival e hoje Prefeito de Ariquemes não ouviu e eu quero dizer que eu não estou aqui torcendo porque eu fui concorrente, não, que quanto pior melhor. Eu o procurei para que isso não acontecesse, insisti, mas ele fala que vai pegar uma empresa que vai investir muito, mas se licitar para uma empresa que vai investir muito, vai cobrar muito da população e esse recurso era, como se fala, a fundo perdido. É um recurso que não precisava cobrar da população e qualquer investidor que venha investir hoje no Estado de Rondônia ou que seja em Ariquemes, ele vai querer um retorno.

Então, a minha indignação é muito grande, falei lá na Associação Comercial também, no sábado, e quero deixar aqui registrado. Também a UNIR, a UNIR pelos problemas que passa. Dia 13 tem uma grande manifestação, lá em Ariquemes, dos alunos que estão parados. Hoje, no Estado de Rondônia, tem duzentos e vinte alunos parados, os alunos que estão há um ano e meio sem aula, e nós estamos cobrando da Reitora, cobrando do MEC uma solução para isso. Eu conheço alunos que já fizeram concurso público e já passaram, Deputado Ribamar, e não podem assumir porque não concluíram seu curso. Isso é um prejuízo muito grande. E além de não concluir, fica um prejuízo para essas pessoas que estão estudando, é um prejuízo para os alunos que não conseguem entrar na faculdade, porque desde que estivessem formados, Deputado Luizinho, teria outra turma estudando. Nós levantamos, Ariquemes tem quatro turmas regulares e três de pós-graduação. Buritis tem três turmas regulares e duas de pós-graduação. E nós fizemos o levantamento, há 220 alunos no Estado de Rondônia sem estudar. Então, inclusive a minha assessoria, depois eu liguei, o Chefe de Gabinete da Reitora foi muito infeliz nas colocações que fez quando procurei informação, quando eu pedi para minha Chefe de Gabinete pedir informação, falou que os Deputados estaduais não precisavam se preocupar com isso, não, porque tinha uma bancada federal, que nós não deveríamos nos preocupar com isso. Eu quero dizer, depois eu voltei a ligar para ele e coloquei que nós como Deputados estaduais, qualquer político, seja Vereador ou qualquer representante da população, tem que trazer uns anseios da comunidade. E esse anseio é muito grande dos alunos e nós estamos juntos com eles apoiando e já estiveram em todos os meios de comunicação. Dia 13 a Reitora está convocada para ir até Ariquemes nessa manifestação. Se ela não for, com certeza, os alunos vão vir aqui para Porto Velho e ela vai ter que me dar uma resposta, um ano e meio parados não é um dia ou dois dias, não. Nós precisamos então fazer alguma coisa, inclusive na Assembleia Legislativa, de repente, se não resolver, fazer uma audiência pública aqui na Assembleia e trazer a Reitora aqui para dar uma explicação para toda essa situação. Nós sabemos que ela pegou uma situação muito difícil, nós não vamos culpar só ela, mas que ela tem que procurar dar resultado. Se não der, ela tem que pedir ajuda para que a gente consiga resolver essa situação

que eu considero muito grave para esses alunos. Tem funcionário público que poderia ganhar mais se terminasse a faculdade, Deputado Saulo, ele comprovaria e ele teria um ganho dentro do salário dele. E cada mês que passa ele está levando prejuízo. Então, com certeza, esses alunos merecem toda atenção.

Muito obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Ainda no Grande Expediente, com a palavra o eminente Deputado Neodi Carlos. Aproveito para registrar a presença do Senhor Juvenil Jose dos Santos, Vice-Prefeito do município de Alto Alegre dos Parecis, e da Senhora Vereadora Sueli Clara de Moraes, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Campo Novo de Rondônia.

Deputado Neodi, por vinte minutos, com o apertado.

O SR. NEODI – Obrigado, senhor Presidente. Cumprimento, senhor Presidente Luizinho Goebel, senhores Deputados e senhoras Deputadas, imprensa e público presente. Eu não vou usar, com certeza, Deputado Luizinho, os vinte minutos, que o assunto que eu tenho aqui é rápido, mas é um assunto, no meu entendimento, muito importante, Deputado Saulo, que é a falta de peritos no Estado de Rondônia. Realmente, tem sido uma situação de calamidade pública, tem acontecido acidentes, homicídios, onde fica o corpo da pessoa dez, doze, até quinze horas sem chegar um perito para fazer um levantamento para que o corpo possa ser liberado e retirado para que a família possa fazer um velório decente. Tem chegado até a gente, Deputado Ribamar, muitas reclamações. Eu fiz um ofício ao Secretário de Segurança, Secretário Bessa, pedindo providências para que colocasse um perito à disposição da Comarca de Machadinho. E ele me respondeu o ofício, recebi hoje, dizendo da dificuldade que tem para poder disponibilizar um perito para Machadinho, pela falta de peritos que tem hoje no Estado de Rondônia. Para minha surpresa, no mesmo dia, chegou aqui, eu recebi, de repente Vossas Excelências também receberam, eu recebi um comunicado, um ofício aqui do Promotor de Jaru, da Comarca de Jaru, dizendo que Jaru tinha um perito e tiraram o perito que tinha em Jaru, trouxeram para Capital e Jaru ficou sem nenhum perito. Os senhores imaginem um município, uma Comarca do tamanho que é a Comarca de Jaru, com a extensão que abrange ali os municípios vizinhos: Theobroma, Jorge Teixeira, enfim, são vários municípios ali que pertencem à Comarca de Jaru e agora Jaru também ficou sem nenhum perito, depende de Ariquemes e Porto Velho quando acontecer uma fatalidade que necessite da presença de um perito para poder liberar um corpo que foi assassinado ou que foi acidentado. Enfim, casos que necessitem de uma perícia para poder liberar para que a família possa fazer um velório, um enterro digno dessa pessoa. se:

Então, realmente é uma coisa que deixa a gente bastante preocupado e a gente tem que se colocar no lugar das famílias que passam por esse constrangimento e por essas tristezas. Além de perder um ente querido, Deputado Luizinho, ainda passar oito, dez ou quinze horas aguardando a perícia, as pessoas jogadas, muitas vezes, na chuva, em lugares inadequados, até que chegue a perícia para poder fazer a liberação do corpo. Eu quero fazer um apelo ao Governo do Estado e à Secretaria de Segurança Pública, nós sabemos que o Estado tem dificuldade, que é difícil, que o perito é uma mão de obra cara, mas é necessário, da mesma forma que é necessário ter um procurador, da mesma

forma que é necessário ter um médico, enfim, um professor, um perito também faz parte do dia a dia da vida da população, que acidentes acontecem, fatalidades acontecem, Deputado Adelino.

Eu quero aqui deixar o meu apelo ao Secretário de Segurança Pública, quero deixar o meu apelo aqui ao Governador do Estado para que abra um concurso e contrate mais peritos para poder, pelo menos, em cada Comarca, pelo menos um perito em cada Comarca. Nas Comarcas maiores como Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena, Cacoal, Porto velho, nas cidades maiores, que realmente possam ter mais peritos e nas cidades menores, nas Comarca menores, pelo menos um perito, pelo menos um é necessário.

O Sr. Adelino Follador – Um aparte, Deputado?

O SR. NEODI – Pois não, Deputado.

O Sr. Adelino Follador – Com certeza, Deputado Neodi, V. Ex.^a tocou num assunto super importante. Hoje de manhã o Vereador José Augusto trazia a preocupação de Jarú também, na questão dos dois peritos que já teve lá e os dois foram deslocados de lá. Então, com certeza, é uma necessidade muito grande para todos os municípios, e ali, saindo de Jarú, dificulta mais ainda a região de Machadinho. Na época o perito saiu porque o prédio não tinha condições. Inclusive falei com o Vereador para ver com a atual Prefeita, de repente fazer até uma parceria para arrumar um local mais adequado para que esse perito volte, para poder ajudar aquela região.

Então, quero parabenizar o Deputado Neodi, pelo assunto e, com certeza, no Estado todo, muitos municípios estão precisando e tem que abrir um concurso, com certeza. E é muito triste ver, muitas vezes, um homicídio ou alguma coisa, ficar jogado um dia ou, às vezes, meio dia, para poder fazer essa perícia por falta de perito.

Com certeza é uma necessidade muito grande. Parabéns pelo assunto que trouxe à pauta hoje. Obrigado.

O SR. NEODI – Obrigado pelo aparte, Deputado Adelino, e solicito que seja incluído no nosso pronunciamento o aparte do eminente Deputado. Inclusive, aqui, o Promotor de Justiça de Jarú, Roosevelt de Queiroz Costa Junior, alega, nas suas considerações, que foi retirado sem ao menos ter sido comunicado à Delegacia de Jarú. Normalmente é preciso que se tenha um pouquinho mais de respeito, de consideração pelas pessoas, por aquela comunidade e por outras comunidades também. E vou pedir o empenho e o esforço do Secretário, que tem se esforçado bastante no combate à criminalidade no nosso Estado, mas que realmente faça ao Governador um pedido de abertura de um concurso público para contratação de peritos criminais, para que possa atender, de uma forma respeitosa e decente, a população do Estado de Rondônia.

O Sr. Marcelino Tenório – Permite-me um aparte, Deputado?

O SR NEODI – Concedo o aparte ao eminente Deputado Marcelino, lá do município de Ouro Preto do Oeste.

O Sr. Marcelino Tenório – Quero parabenizar aqui o Deputado Neodi por levantar essa situação que hoje se encontra nosso

Estado de Rondônia. Recebi, no final de semana, a comunicação do Vereador lá do município de Jarú, Vereador Leir, que trouxe esse fato, aonde um assassinado no distrito de Jaruaru passou sete horas para que ali o perito viesse fazer a perícia, para que as pessoas da sua família pudessem levar o corpo e velar. Porque hoje, como Vossa Excelência aqui mencionou e falou, só existe em Ariquemes para cobrir Jarú, Theobroma, Vale do Anari, Machadinho, Jorge Teixeira e aquela grande região. Juntamente com Vossa Excelência, já fiz hoje um Requerimento onde entregarei ao Secretário de Estado, à SESDEC, Doutor Marcelo Bessa, para que possa, o quanto mais breve, colocar um perito para o município de Ouro Preto do Oeste para cobrir aquela grande região e um para o município de Jarú.

Então, Deputado Neodi, nós como Parlamentares, Vossa Excelência traz esse assunto ao conhecimento da população do nosso Estado de Rondônia. Meus parabéns, mais uma vez.

O SR. NEODI – Obrigado pelo aparte, Deputado Marcelino. E quero aqui parabenizar o Promotor de Justiça lá de Jarú, Doutor Roosevelt de Queiroz Costa Júnior, por mais uma vez o Ministério Público, Deputado Luizinho, estar fazendo o seu papel, cumprindo com a sua função que é na defesa da população e, principalmente, dos mais necessitados.

(Às 16 horas e 6 minutos o senhor Luizinho Goebel passa a presidência ao senhor Saulo Moreira)

O Sr. Luizinho Goebel – Um aparte, Deputado?

O SR. NEODI - Concedo um aparte a Vossa Excelência, Deputado Luizinho Goebel, lá do município de Vilhena.

O Sr. Luizinho Goebel – Obrigado, Deputado Neodi. Eu até ia fazer a minha inscrição exatamente para falar desse tema. Não é diferente com a cidade de Vilhena, uma cidade que é a 5ª maior cidade do Estado de Rondônia, a 5ª maior cidade do Estado. Hoje, nós temos uma população que beira 80.000 habitantes e nós não temos um perito. Também isso está acontecendo na cidade de Vilhena, no Cone Sul do Estado de Rondônia, e nós temos casos registrados de pessoas que tiveram um ente da família que faleceu por acidente ou por homicídio, essas coisas, e chegou a ficar quatro dias, teve que ser removido da cidade de Vilhena até Cacoal. Mas se não bastasse só isso, se não bastasse só isso, as pessoas têm que pagar a despesa com a funerária para levar, por exemplo, de Vilhena até Cacoal, depois levar de volta para Vilhena, e ainda também, quando chega, no caso Cacoal, ainda tem que esperar muitas vezes uns dois dias, porque lá não se está atendendo suficientemente a demanda. Então é preocupante e nós não vemos nenhuma resposta por parte da Secretaria em relação a esse tema.

E falando em Segurança Pública, Deputado Neodi, eu também quero aqui lamentar, muito, muito, o que está acontecendo na grande maioria dos municípios do Estado de Rondônia. Eu estive com o Prefeito, na semana passada, Prefeito do pequeno município da Zona da Mata e o Prefeito me falava que a única viatura da Polícia Militar naquele município, uma pequena caminhonete, ela não tinha mais condições de uso. E o Prefeito, juntamente com os militares daquele município, foram até o Poder Judiciário do município de Rolim de Moura pedir ajuda

ao Poder Judiciário para que repassasse recursos para fazer a aquisição das peças para recuperar essa viatura. O Poder Judiciário fez um repasse e quem fez a parte de reparos dessa viatura foi a Prefeitura Municipal desse pequeno município. Então, nós vemos aí um caos implantado no sistema de Segurança Pública do Estado de Rondônia e isso nós temos que lamentar e lamentar muito, porque é um município, mesmo que pequeno, mas que tem uma população de 10.000 habitantes e está desguarnecido de uma viatura. É lamentável.

Mas para continuar, ainda, dizendo como está a questão da Segurança Pública, nós temos mais alguns pontos gravíssimos do nosso Estado. Outra coisa que nós queremos registrar em relação à cidade de Vilhena, nunca morreu tanta gente, Deputado Ribamar, Deputado Cláudio Carvalho, Deputada Ana, Deputado Follador. Vilhena, neste ano já morreram, nesses primeiros meses de quatro meses, 14 pessoas assassinadas na cidade de Vilhena. Ano passado, foram 33 homicídios, ano retrasado, 27 homicídios, e anterior a essa data, a vez que nós tivemos mais homicídios na cidade de Vilhena foram 11 homicídios, considerando que naquele ano, quando nós tivemos 11 homicídios, teve uma chacina na cidade de Vilhena, a *Chacina do Porto* na época que foram mortas quatro pessoas. Então foi um caso atípico, que foram quatro pessoas assassinadas em um só momento. Portanto, tirando isso, Deputado Neodi, nós tivemos um crescimento de mais de três vezes, de mais de trezentos por cento no crescimento dos homicídios da cidade de Vilhena e nós não tivemos uma resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ainda. Eu convidei diversas vezes o Secretário de Estado de Segurança Pública, Marcelo Bessa, por diversas vezes eu o convidei para que a gente pudesse ir ao Cone Sul do Estado, para que a gente pudesse ir ao município de Vilhena para tratar desse assunto, e em nenhuma vez eu fui atendido. Inclusive, por algumas oportunidades, Deputado Jaques Testoni, eu coloquei uma aeronave da Assembleia Legislativa à disposição para que a gente pudesse fazer a locomoção por aeronave, quando a gente tinha esse serviço sendo prestado aqui para a Assembleia Legislativa.

E aí nós temos umas soluções apresentadas, eu vou citar um exemplo, até para encerrar aqui o aparte no seu discurso, Deputado Neodi. Nós tivemos um Projeto que foi apresentado pelo Comandante Geral da Polícia Militar de Vilhena, que é o responsável pelo Comando da Polícia Militar no Cone Sul do Estado de Rondônia, que é o Coronel Gonçalves. E lá ele apresentou, Deputado Saulo, um sistema de Segurança de Monitoramento Eletrônico que custa em torno de R\$300.000,00, e que, diante da exposição dele, na qual eu participei, isso amenizaria muito o problema de criminalidade, até porque praticamente toda a cidade estaria monitorada. E dessa forma, mesmo que não previsse naquele momento um homicídio, mas depois, o pós investigação teria uma ajuda significativa para desvendar esses crimes. E dessa forma, com a possibilidade de colocar esses criminosos na cadeia. E aí nós também não temos nenhuma resposta da Secretaria de Estado de Segurança Pública em relação a isso. Vão lá, fazem reunião sem consultar as bases, como nós, Deputados, pioneiros da cidade de Vilhena, eu nem quero falar como Deputado, mas como cidadão da cidade de Vilhena, eu nunca fui consultado se nós teríamos uma sugestão para tentar melhorar a questão da Segurança Pública na cidade de Vilhena.

Então, parabéns, Deputado Neodi, por levantar este tema aqui. Parabéns ao Promotor de Justiça do município de Jarú, Doutor

Roosevelt Queiroz Júnior, está de parabéns. E exatamente isso, o Ministério Público tem que apresentar as demandas a esta Casa, tem que se levantar em relação ao esquema de Segurança Pública do Estado de Rondônia, porque nós não podemos nos calar enquanto nós ficamos vendo os nossos irmãos, os nossos coirmãos rondonienses morrendo a cada dia nas mãos de assassinos, de bandidos e não temos nada de resultado do sistema de Segurança Pública do Estado de Rondônia.

Obrigado, Deputado Neodi.

O SR. NEODI – Obrigado pelo aparte, Deputado Luizinho. E essa questão dos peritos, eu queria sugerir, aqui, aos nobres colegas, que fizéssemos, Deputado Adelino, um ofício, uma indicação conjunta aqui desta Casa, pedindo, Deputado Ribamar, ao Secretário de Segurança, ao Governador, para que realmente abrissem um concurso público para contratação de novos peritos para atender, Deputado Luizinho, Vossa Excelência colocou quatro dias para uma pessoa, imaginem o psicológico dessas pessoas que passam por uma situação dessas, que perdem um ente querido, ver aquela pessoa apodrecendo ali, sem uma solução, faltando um perito para poder fazer um exame para liberar o corpo daquela pessoa para que possa ter um sepultamento, um velório digno. Realmente isso é uma coisa que deixa as pessoas indignadas. Mas eu quero aqui fazer, propor a Vossas Excelências, que a gente faça, Deputado Marcelino, esse documento conjunto, pedindo essa providência ao Governador, para que a gente possa minimizar um pouco do sofrimento das famílias que perdem um ente querido. Normalmente, a necessidade de um perito criminal é quando há uma morte brutal, ou seja, através de um assassinato, Deputado, ou seja, num assassinato ou num acidente de trânsito ou numa circunstância, de repente lá na roça, numa derrubada, cai um pau na cabeça de uma pessoa e para poder liberar o corpo tem que ter a perícia, senão não libera. Enfim, tem vários fatores que envolvem a necessidade da presença de um perito para poder liberar o corpo para fazer um funeral digno.

O Sr. Edson Martins – Um aparte, Deputado?

O SR. NEODI – Concedo o aparte a V. Ex.^a, Deputado Edson Martins.

O Sr. Edson Martins – Cumprimento o Deputado Neodi e demais Deputados. Parabenizo-lhe, Deputado Neodi, por levantar aqui esse assunto de tamanha importância. Eu quero lhe parabenizar. Eu tenho conhecimento de alguns casos lá no município de Jarú, que já foi citado aqui, o Vereador José Augusto várias vezes me ligou, o Badu também, lá do município, cobrando a questão dos peritos lá no município. Eu acho que é inadmissível, realmente, um município do tamanho de Jarú não ter um perito para fazer realmente um laudo lá e deixar um corpo às vezes três, quatro horas lá no chão. Então, está de parabéns.

Eu acho que nós precisamos tomar providências, cobrar para que possa tomar as providências, e que esses peritos possam voltar lá para o município de Jarú, que antes eles atendiam lá. Então, acho que pode contar com o nosso apoio, também do Deputado Edson Martins. O Deputado Neodi lembrou muito bem de uma situação aqui, um discurso muito importante que precisa ser realmente tomado às providências.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. NEODI – Obrigado pelo aparte, Deputado Edson Martins.

Encerrando aqui o meu pronunciamento, quero deixar aqui este apelo para todos os colegas para que a gente possa assinar juntos esse pedido, essa indicação ao Governo do Estado para abertura de um concurso público para a contratação de um perito. E, mais uma vez, finalizando aqui, parabênzo o Promotor de Justiça de Jarú que se preocupou e nos enviou, com certeza Vossas Excelências não receberam, irão receber esse relatório, que aqui ele fala de várias situações lá daquele município e a mais importante é essa questão do perito criminal que está fazendo muita falta lá naquele município.

Muito obrigado pelo aparte de cada um de vocês, obrigado pela atenção de cada uma de Vossas Excelências. Muito obrigado.

O SR. SAULO MOREIRA (Presidente) – Aproveito a oportunidade para agradecer a presença do Sr. Heron Souza, que é o Chefe do Posto Avançado da CIRETRAN de Ji-Paraná; agradecer também a presença da senhora Márcia Luiza que é Chefe da CIRETRAN do município de Pimenta Bueno; o Sr. Charles Souza, que também é Chefe da CIRETRAN do município de Cacoal; agradecer também a presença da senhora Marina Gomes, que é Presidente da Colônia de Pescadores de Porto Velho; agradecer também o Senhor Leonor, que é o Controlador Geral do Estado de Rondônia; agradecer também a presença do Senhor Reinaldo, Vereador da Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis; também o Senhor Neri Bianchini, Secretário de Esportes do município de Alto Alegre dos Parecis; agradecer também a presença do Senhor Chagas, que é o vice-presidente da Fundação Cultural do município de Porto Velho; agradecer também a presença dos Senhores Vereadores Jefferson Júnior e Eloi Barglini, da Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis; agradecer também a presença do Senhor Anderson Barbosa, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Segurança.

Também com a palavra, no Grande Expediente, com um prazo de vinte minutos, o eminente Deputado Zequinha Araújo.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO – Senhor Presidente, nobres pares, imprensa, senhoras e senhores. Falar, neste momento, senhor Presidente, de um assunto que diz respeito à cultura do município de Porto Velho, do Estado de Rondônia, que hoje a gente vê totalmente abalada e que nos deixa um pouco triste em saber que realmente pode causar um impacto negativo em relação à cultura de nosso Estado. Trata-se, senhor Presidente, do movimento maior, o movimento folclórico maior que nós temos no Estado de Rondônia, que é a Flor do Maracujá. A Flor do Maracujá, neste momento, tem sérios indícios de que não acontecerá. Até isso. E quando se fala que a Flor do Maracujá não poderá acontecer, não poderá ser realizada no Estado de Rondônia, em Porto Velho, porque não vai ter recursos suficientes, eu acho que não são apenas recursos, falta também um pouco mais de vontade, até política, para que a gente possa realizar esse grandioso evento, que não é só notado e notório aqui em Porto Velho, mas sim em todo o Estado, no país e até no mundo. E eu fico triste ao saber que possivelmente isso não possa acontecer, mas no mesmo instante eu vejo que esta Casa de Leis pode muito bem salvar, neste momento, esse grande ato cultural do nosso Estado, colaborando e ajudando muito. Eu sei que é

Governo, que o Governo tem que cuidar, que a Prefeitura, em parceria, tem que ajudar e tal. Tudo isto nós temos que ter consciência de que poderá ocorrer. Mas se vier a fracassar, a não ter, não é por esse motivo que nós, como Deputados Estaduais, que temos a condição também de ajudar, não poderemos ter a oportunidade de facilitar, através dos nossos recursos, que nos cabe também, que nos é de direito. Por isso eu quero deixar um apelo, eu sei que tem um abaixo-assinado, companheiros do folclore, companheiros da cultura que estão aqui, que fizeram esse apelo aos nossos, a esta Casa de Leis, aos Deputados, todos os Deputados, e eu sei que os companheiros não vão se negar, é claro que alguns dizem que não, falam até que não são daqui, claro que não são, são pessoas de outros municípios, mas que certamente a Flor do Maracujá não é só de Porto Velho. A Flor do Maracujá é do Estado de Rondônia, porque quando está acontecendo vêm para cá pessoas de todo o Estado de Rondônia e até do país. Por isso, eu quero registrar, deixar claro que nós precisamos, neste momento também restabelecer, resgatar, dar a nossa contribuição, contribuir, fazer a nossa parte. Eu queria, com este apelo, certamente, pedir que os companheiros que ainda não assinaram, que tiveram, claro, que tiveram também ressonância, que tiveram também apoio deste município de Porto Velho nas suas eleições, porque não foi só os que são daqui que receberam esse apoio político, mas com certeza os outros companheiros também, que nos ajudem neste momento, porque dessa maneira nós poderemos ter a oportunidade também de contribuir para que haja, para que não seja deixado de lado esse grande momento que é a Flor do Maracujá.

Portanto, eu quero até agradecer os companheiros que já assinaram, mais de dez já assinaram, mas outros ainda precisam assinar, dando uma contribuição, me parece que de trinta mil reais, é alguma coisa nesse sentido e com isto, assinando, fazendo a sua parte como companheiros, como representantes desta capital do Estado de Rondônia, certamente nós vamos melhorar, vamos fazer com que a Flor do Maracujá aconteça em nosso Estado. Sem isso, não acontecendo, certamente caberá até as pessoas fazerem as suas críticas à sua maneira.

Então, eu espero que isso venha acontecer.

Outra situação, senhor Presidente, para encerrar aqui a nossa fala, que realmente nós estamos percebendo um avanço na questão da saúde, quando nós percebemos, ainda nessa semana, o nosso Secretário de Saúde colocando para funcionamento um laboratório específico para o idoso, onde o idoso vai ter oportunidade de fazer os seus exames pulmonares, cardíacos, enfim, os exames necessários para os idosos que estão sendo, que não eram feitos assiduamente, mas que está sendo projetado e realizado já, a partir dessa semana, até na Policlínica Osvaldo Cruz. Com isto, nós queremos parabenizar o Governador Confúcio Moura que tem se sensibilizado, juntamente com o nosso Secretário Pimentel, que aos poucos vai equilibrando a questão da Saúde no nosso Estado de Rondônia. É nesse sentido que eu gostaria de fazer essa pequena explanação e, desde já, contando com assinatura em massa dos nossos companheiros Deputados estaduais que gostam, que acreditam na cultura e que conhecem a Flor do Maracujá.

Muito obrigado, senhor Presidente.

(Às 16 horas e 14 minutos o senhor Saulo Moreira passa a presidência ao senhor Hermínio Coelho)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) - Quero registrar aqui a presença da senhora Jória Lima, Presidente da Fundação Cultural do município de Porto Velho. Dizer que nos últimos dias estivemos visitando a região Sul do Estado e é lógico que a situação do Sul do Estado é melhor do que a situação das outras regiões do Estado de Rondônia, até pela questão cultural, lá se produz mais, mas isso tudo é fruto do próprio povo, Deputado Ribamar. Mas, infelizmente, política de Estado, Deputado Neodi, a gente não vê nenhuma política neste Estado, de nada. A gente não vê política de agricultura, de esporte, de educação ou de segurança ou de saúde. Você não vê uma política de nada neste Estado e infelizmente a gente vê a propaganda do Governo do Estado, a propaganda como se as coisas estivessem acontecendo, como se o Estado estivesse andando a todo vapor, Deputado Ribamar. Eu me lembro, o que é que o povo pensa? Quem mora lá no interior, pensa que o Governador está bombando aqui em Porto Velho. Nós que moramos em Porto Velho achamos que ele está trabalhando muito nas outras cidades. E para falar a verdade, não está trabalhando em nenhuma cidade, não existe política de Estado, os municípios, os prefeitos, dá dó dos prefeitos, especialmente das cidades pequenas. Porque nem o FHITA, que é um repasse obrigatório que o Estado tem que repassar para os municípios, ele não repassa. E não têm apoio de nada, os municípios se virando lá com muita dificuldade, diminuindo os repasses, tanto da União como do Estado, porque na hora, você reduzir impostos e outras coisas da cesta básica, na energia, tudo é muito bom. Mas infelizmente isso afeta diretamente os municípios, que sobrevivem, que vivem daquele repasse, e na hora... Aí a Presidente, a nossa Presidente Dilma, tudo bem é uma política boa de diminuir os juros, principalmente na energia e na cesta básica, mas deveria ter uma compensação para os municípios, Deputado Neodi. Os nossos municípios estão, você chega, você vê os prefeitos, eu estive em Colorado, lá é pequenininho, mas pense num prefeitinho que trabalha. Mas as condições cada dia diminuem, os municípios vêm ficando cada vez mais pobres a cada dia, e os problemas aumentando. Diminuindo o financeiro dos municípios, diminuindo a arrecadação e aumentando os problemas a cada dia e infelizmente a gente não vê nada. O Governador vai aos municípios, só promete, promete um monte de coisa, promete que vai fazer quinhentos quilômetros de asfalto, vai fazer no Estado. Eu estive em Chupinguaia, tem um, vocês devem conhecer, tem um grande frigorífico, um quilômetro e meio depois de Chupinguaia. Eles estão, hoje, usando a capacidade do frigorífico, lá tem a capacidade de matar mil e duzentos bois por dia, estão matando seiscentos, se atingir a capacidade máxima, dobram os funcionários, passam de mil funcionários. E sabe por que eles estão usando só a metade da capacidade? Porque o Estado não asfalta um quilômetro e meio para chegar, porque esse quilômetro e meio nesta época os caminhões que carregam os bois não passam, Deputado Ribamar, no atoleiro. É como eu digo, ali é um descaso, é um abandono, que quando você vê a gente fazendo críticas ao Governo, as pessoas acham que a gente está exagerando, mas não é, não, Deputado Ribamar. As mesmas críticas que eu estou fazendo hoje ao Governador Confúcio são as mesmas, porque antes de eu criticar o Governador Confúcio, eu o ajudava, alertava ele em muitas coisas, a mesma coisa do Roberto Sobrinho, Deputado Ribamar. Quando eu e você o denunciemos aqui, quantos anos nós não passamos tentando ajudar ele? Inclusive o Deputado Ribamar foi Secretário dele, eu fui líder dele na Câmara. E a gente

alertava tudo, aquela questão da EMDUR, daquela roubalheira da EMDUR, a Deputada Epifânia, alguns anos atrás, a Deputada Epifânia alertou o Prefeito: - "Prefeito, a roubalheira lá na EMDUR é generalizada." E ele, em vez de tomar providências, não, se aliou, se associou à roubalheira, aí está lá. As pessoas dizem que eu estou feliz. Feliz nada, eu não fico feliz com a desgraça dos outros, não. Mas o Roberto está pagando um pouco da perversidade que ele fez com o povo deste município. E não foi por falta de aviso, não, Deputado Ribamar. A gente sempre tentou ajudar o Roberto, sempre para o bem, como a todos. A gente sempre alertou o Roberto para ter cuidado, que no final, e hoje eu sei que ele está me odiando, mas eu acho que ele está pensando no que eu dizia para ele: - "Um dia, infeliz, tu vai ver que o que eu estou falando, porque eu não acredito que eu estou errado em tudo, e que você esteja certo em tudo". E ele nunca me ouviu nada, como nunca ouviu ninguém, nem a Deputada Epifânia que sempre foi braço direito dele, era a pessoa mais próxima do Prefeito. Muita gente fala que a Deputada Epifânia deve tudo ao Roberto Sobrinho. Quando o Roberto Sobrinho não era nada, só quem andava com Roberto Sobrinho era a Deputada Epifânia, ajudando ele na campanha, no início da campanha em 2004, só quem você via. Agora, depois ele cresceu nas pesquisas, arrumou um monte de puxa-saco, aí não tinha lugar para pôr os puxa-saco. Mas é assim, é o que eu estou falando... Depois vão falar: "O Deputado Hermínio é profeta." Profeta nada, porque é tão lógico, é tão lógico a gente prever essas coisas. Eu estou falando, o Governo Confúcio caminha muito parecido, até pior que a administração do Roberto. Porque o Roberto, os primeiros quatro anos ele foi até bem, não foi tão mal. E o Governador Confúcio já começou mal e cada dia parece que piora. E quando a gente fala, ele fica com raiva da gente, com ódio da gente. Agora disse que é o Vice-Prefeito, Deputado Ribamar, disse que eles escalaram o Vice-Prefeito para me contrapor. Aí disse que teve uma reunião em Ouro Preto, Deputado Luizinho, nesses dias, e disse que ele falou que eu era a cabeça de porco do Estado. Porque, pelo que eu vejo falar, o que dá azar é a tal de cabeça de bode enterrada, pelo menos, não é de porco, mas ele fala que eu sou cabeça de porco que atrasa o Estado. Aí, hoje, eu nunca, para mim esse Émerson Castro, para mim sempre foi tão insignificante que eu nunca perdi meu tempo de falar nada desse Émerson Castro. Mas com essa conversa hoje eu falei na rádio que ele devia estar lá preso junto com o Roberto, porque é um sem-vergonha igual ao Roberto Sobrinho. Era para estar lá. É como eu falei, se ele vier com essa onda de querer vir para cima de mim com essas conversas fiadas, porque aqui na Assembleia nós temos feito até o que não devia pelo Governador Confúcio, aprovado projetos aqui até meio absurdo, acreditando na conversa do Governador Confúcio que é para o bem do Estado. Aí o cara vem dizer que a gente atrasa, atrapalha o Governo. O problema é que não tem como você compactuar, você defender um Governo perverso, um Governo que sabe que está levando o Estado para o buraco. Esse um bilhão, Deputado Cláudio, ele disse que vai virar um celeiro de obras o Estado, esse um bilhão é para construir prédio, presídio, hospital, escola, não sei mais o quê, para inchar mais o Estado. O Estado, hoje, já não aguenta bancar o que tem aí. Agora, fazer prédio é fácil, e bancar depois? Porque pegar dinheiro lá em Brasília e fazer prédio aqui é fácil. Agora, para manter, dinheiro emprestado não existe para manter hospital, escola ou presídio, pagar folha de pagamento ou coisa

parecida. Não existe. Lá em Guajará-Mirim tem um hospital lá e eles não cuidam nem do hospital velho que tem lá, caindo aos pedaços, aí vão querer construir hospital para quê, se eles não ao conseguem levar um médico do coração, um cardiologista para Guajará? Aí construir um hospital, mais um para virar, para não resolver, porque lá não tem um cardiologista. O exemplo é o nosso ex-Deputado, ex-Prefeito de lá, o Isaac Bennesby, teve um infarto lá e aguentou lá na cidade, mas parece que no caminho não aguentou a BR-425, os buracos da BR-425 mataram ele, junto com o infarto do coração. E não tinha um médico lá para atender. Aí o cara vem com uma política mentirosa, o Dr. Mauro também, falando que vai fazer, Deputado Neodi, até o ano que vem, seiscentos quilômetros de asfalto. Como é que mente descaradamente desse jeito? Disse que vai fazer seiscentos quilômetros de asfalto, Deputada Epifânia, até o ano que vem, o Dr. Mauro. É difícil.

Senhores e senhoras Parlamentares, conforme preceitua a alínea O, inciso I, artigo 14 do Regimento Interno, anunciarei a seguinte Ordem do Dia para esta Sessão: Projeto de Lei Complementar nº 088/12 do Poder Executivo; Projeto de Lei Complementar nº 090/12 do Poder Executivo; Projeto de Lei Complementar nº 116/13 do Tribunal de Contas de Rondônia; Projeto de Decreto Legislativo nº 095/12 do Deputado Jesualdo Pires; Projeto de Resolução nº 075/13 da Mesa Diretora; Projeto de Lei 450/12 com emenda e subemenda do Deputado Lebrão; Projeto com Substitutivo nº 739/13 do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 783/13 do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 789/13 do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 793/13 do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 804/13 do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 805/13 do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 832/13 do Poder Executivo e Projeto de Lei nº 833/13 do Poder Executivo.

O SR. EDSON MARTINS – Senhor Presidente, Questão de Ordem?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Edson.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, eu gostaria de pedir a V. Ex.^a, se houver possibilidade de incluir o Projeto, a Mensagem nº 044, não sei se já tem parecer ou não, mas que pudesse ser incluído na Ordem do Dia. Ele visa à contratação de cem técnicos no setor hospitalar e laboratorial, pelo período de 01 ano, podendo prorrogar por mais 01 ano. São para atender no hospital João Paulo, no Cosme e Damião, no Cemetrôn, no Hospital de Extrema, no Hospital de São Francisco, nosso colega, Deputado Lebrão, e também no Hospital de Buritis e no Hospital de Cacoal. Esses cem técnicos, o Secretário Pimentel me ligou, é o Secretário de Saúde...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – O Presidente Hermínio já incluiu na pauta. Já está incluído na Ordem do Dia, Deputado Edson.

O SR. EDSON MARTINS – Tem mais um projeto aqui que é a Mensagem nº 056, que o Secretário Adjunto de Educação,

Deputado Luizinho, falou que esse projeto é para a merenda escolar e também para transferência voluntária, convênios com os municípios e também é um projeto importante, que é a Mensagem nº 056. Se for possível incluir esses dois projetos, o dos técnicos, principalmente esse que é de grande urgência, eu agradeço. Aproveito a oportunidade, senhor Presidente, para registrar a presença do Prefeito Toninho, de Buritis, Prefeito do meu partido e também da minha querida esposa, Maria José, ex-vice-prefeita do município de Urupá e de todas as pessoas que nos prestigiam aqui com suas presenças na galeria desta Casa, os funcionários, o meu muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Registro a presença do companheiro Antonio Correa de Lima, Prefeito do município de Buritis. Obrigado, Prefeito, pela presença. A presença do Vereador Adriano de Almeida, da Câmara Municipal de Buritis. Obrigado, Vereador. A presença do Prefeito do município de Monte Negro, Jair Miotto Júnior. Obrigado, Prefeito. E do ex-Deputado desta Casa de Leis Jair Miotto. Obrigado, Jair, pela presença.

A SRA. ANA DA OITO – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputada Ana.

A SRA. ANA DA OITO – Quero também agradecer a presença do Prefeito de Buritis. Obrigada. Senhor Presidente, amanhã é 10 de abril, aniversário de Guajará-Mirim. Como somos sabedores, nós não temos, eu pelo menos, como Parlamentar, é com grande tristeza que eu digo que não tenho nada para comemorar naquela cidade, senhor Presidente. Porque a nossa *Pérola do Mamoré*, hoje, precisa de ajuda, precisa de pessoas que venham realmente olhar com dois olhos para a minha região. Sou filha daquele município, onde já foi a *Pérola do Mamoré*, fabricava-se borracha, dali que saiu o primeiro apito do trem, senhor Presidente, começou o apito de Guajará-Mirim a Porto Velho. Guajará-Mirim é um município fronteiriço, aonde precisa de recursos, mas recurso que venha a ser aplicado, não com promessas, senhor Presidente. Eu quero agradecer mais uma vez a toda bancada estadual que esteve em Brasília pedindo ao DNIT ajuda para a BR-425. E hoje eu venho aqui mais uma vez pedir, em nome de Guajará-Mirim, que o senhor Presidente, juntamente com toda bancada estadual, que possamos ir pedir socorro à SUFRAMA, em Manaus, para olhar para aquela quadra que envolve a SUFRAMA de Guajará-Mirim. Ali, senhor Presidente, nobres Deputados, recebe por dia sessenta carretas em média. E aquele entorno da SUFRAMA não aguenta mais acomodar tantas carretas. Já pedimos ao Governo federal, já pedimos aos Deputados federais, já pedimos aos nossos Senadores que olhem para o entorno da SUFRAMA, aonde vão inúmeras carretas, só vão as empresas carimbar e não trazem nada de benefício à nossa região, só ficam os prejuízos para Guajará-Mirim. E eu venho aqui, senhor Presidente, nesta tribuna, fazer um apelo aos Deputados estaduais, vamos até Manaus, vamos até Brasília novamente buscar os recursos que precisam para aquela nossa região. Porque, bem lembrando, senhor Presidente, nobres Deputados, não foi só a Ana da Oito que tirou votos ali naquela região, praticamente todos os Deputados tiveram a sua parcela de contribuição nos votos daquela região, onde precisa da ajuda não só de uma Deputada, mas sim de toda bancada estadual. E

eu peço encarecidamente que vocês olhem com os dois olhos para Guajará-Mirim, que venham festejar conosco lá amanhã, eu estarei lá em Guajará-Mirim dando a minha parcela de contribuição àquele município, como eu já venho fazendo.

Quero agradecer, senhor Presidente, nobres Deputados, e dizer que a *Pérola do Mamoré* hoje pede socorro, pede ajuda, Deputado Ribamar, dos nobres Deputados. Eu sei que os nobres Deputados estão imbuídos num propósito só de ajudar Guajará-Mirim, mas quando se tem uma escola de modelo único no Estado de Rondônia, que em vez de se ter ar condicionado temos ventiladores, em vez de se ter uma merenda de boa qualidade, temos bolacha, precisamos melhorar os recursos que vão para lá, precisamos, mas também eu tenho que vir cobrar. Eu sou eleita pela nossa região, sou eleita pelo Estado de Rondônia e defendo o meu Estado, defendo a minha cidade, Guajará-Mirim, e parabéns Guajará-Mirim.

Muito obrigada a todos.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Senhor Presidente, uma Questão de Ordem?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Cláudio.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Só para observar na questão do cumprimento do Regimento, que já foi tanto debatido aqui nesta casa, principalmente aquele dia da Audiência Pública da Educação, que Questão de Ordem e Questão de Encaminhamento cabe apenas para condução da Mesa Diretora, se for referente às matérias. Com todo respeito à Deputada Ana, tem sido comum aqui de todos os Deputados, mas eu gostaria que fosse cumprido o Regimento no sentido da Questão de Ordem e a Questão de Encaminhamento tratar apenas do andamento da Sessão para que a gente não venha a passar por cima do Regimento mais uma vez.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Projetos que serão incluídos ainda na Ordem do Dia: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, Projeto de Decreto Legislativo nº 100/13; Projeto de Decreto Legislativo 099/13 da Comissão de Constituição e Justiça; o Projeto que altera e revoga dispositivos da Lei 2.684, de 17 de fevereiro de 2012, do Deputado Hermínio Coelho, nº 828/13; o Projeto que altera e revoga dispositivo da Lei nº 2.851, de 24 de fevereiro de 2012, do Deputado Hermínio, nº 827/13.

Encerrado o Grande Expediente, passemos às Comunicações de Lideranças. Não há deputados inscritos.

Encerradas as Comunicações de Lideranças, passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO. Concede título honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor 1º Sargento BM Carlos César dos Santos Ramos Coimbra.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA ANA DA OITO. Declara de utilidade pública o Centro Despertar da Criança e do Adolescente, com sede e foro jurídico na cidade de Guajará-Mirim.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO FLÁVIO LEMOS. Declara de utilidade pública a Associação Amparo e Extrativismo e Saúde do Trabalhador – AEST.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO. Dispõe sobre o acesso gratuito dos portadores de hiperplasia benigna ou câncer de pulmão à medicação e prescrição.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO. Requer urgência para o Projeto de Lei nº 450/2012.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Requer a realização de Audiência Pública no dia 24 de abril de 2013, às 15 horas, para debater sobre o aumento do impacto ambiental das usinas Santo Antônio e Jirau e as compensações sociais.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO. Requer a inclusão na pauta da Ordem do Dia, da Sessão Ordinária do dia 09.04.2013, do Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo referente à Mensagem 044.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO. Requer Voto de Pesar aos familiares do senhor Flávio Alves Carneiro pelo seu falecimento ocorrido no dia 06.04.2013.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Indica a necessidade de viabilizar a construção e instalação de uma Delegacia de Polícia no distrito de Nazaré, no Baixo Madeira, município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador Confúcio Moura, com cópia ao DER, a necessidade urgente de encascalhamento nas ruas do distrito de Nova Califórnia, município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador Confúcio Moura, com cópia ao DER, a necessidade urgente de limpeza, aterro e encascalhamento do Ramal dos Pioneiros, no distrito de Nova Califórnia, no município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador Confúcio Moura, com cópia ao DEOSP, a necessidade urgente de construir um Posto de Saúde na Reserva do Cuniã, no município de Porto Velho

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador Confúcio Moura, com cópia ao DER, a necessidade urgente de limpeza e encascalhamento do Travessão da Linha do Rio Nilo até a Belo Horizonte, km 13, comunidade Porto Verde, no município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador Confúcio Moura, com cópia

ao DER, a necessidade urgente de limpeza e encascalhamento na Linha Belo Horizonte, km 13, comunidade Porto Verde, no município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador Confúcio Moura, com cópia ao DER, a necessidade urgente de limpeza e encascalhamento da Estrada do Piloto, km 13, comunidade Porto Verde, município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador Confúcio Moura, com cópia ao DER, a necessidade urgente de limpeza e encascalhamento na Estrada São Pedro, km 13, comunidade Porto Verde, município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador Confúcio Moura, com cópia ao DER, a necessidade urgente de limpeza e encascalhamento na estrada do Rio Lage, km 13, comunidade Porto Verde, no município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA GLAUCIONE. Indica ao Governo do Estado de Rondônia através do DER – Departamento de Estradas de Rodagem, a necessidade da realização de programa específico no auxílio da limpeza urbana no Distrito de Riozinho, situado no município de Cacoal- RO.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA GLAUCIONE. Indica ao Governo do Estado de Rondônia, através da Secretaria de Saúde – SESAU, a necessidade de adquirir uma máquina nova de realização de exames de “Raios-X” para atender a Unidade Mista da cidade de Costa Marques - RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado a necessidade de viabilizar a reforma geral da Praça Governador Jorge Teixeira do município de Guajará-Mirim.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado a necessidade de viabilizar a Recuperação e Manutenção da Estrada do Belmont em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de implantar um Banco do Povo no município de Monte Negro, para prestar ajuda técnica e financeira na implantação de pequenos projetos de profissionais autônomos e produtores rurais de um modo geral.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de construção de Arquibancada e Vestiário no Estádio Municipal do município de Alto Alegre dos Parecis.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de aquisição de Equipamentos Hospitalares ao município de Vale do Paraíso.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Senhor Governador do Estado a necessidade de um veículo para deslocamento de pacientes a outros municípios, para realizar exames e tratamento de saúde, no município de Urupá.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Senhor Governador do Estado, sobre a necessidade de implantação de aparelhos de ar-condicionados para a climatização de todas as Escolas Estaduais do Município de Ji-Paraná.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de Construção de Galerias e Pontes na Linha 04 e Linha 110, no Município de Ministro Andreazza.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de Instalação de Aparelhos de ar-condicionados para a climatização da Escola 15 de Novembro do Município de Presidente Médici.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Indica ao Senhor Governador do Estado, sobre a necessidade de Implantação e Instalação de um Shopping Cidadão no Município de Monte Negro.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Indica ao DER a necessidade urgente do encascalhamento, conserto nos bueiros, cabeceira das pontes, da RO 460 que liga Buritis ao Distrito Rio Pardo, num trecho aproximadamente 80 quilômetros.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Indica ao DER a necessidade da construção de 05 (cinco) galerias, 02 pontes de concreto e quatro bueiros para o assentamento Chico Mendes III, no Município de Presidente Médici.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO EDSON MARTINS. Indica ao Governador do Estado para que seja viabilizada a climatização, melhoria na rede elétrica e reforma na estrutura física da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Altamir Billy Soares”, localizada no Município de Urupá.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO. Requer a Mesa Diretora que a Sessão Ordinária a ser realizada no dia 15 de maio de 2013, às 09:00 Horas, em homenagem ao Dia do (a) Assistente Social seja transformada em Sessão Solene.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLÁUDIO CARVALHO. Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia da necessidade da ESTADUALIZAÇÃO da estrada vicinal Linha 29 – B, que liga o Município de Nova Mamoré ao Município de Porto Velho, através dos Distritos de Nova Dimensão e União Bandeirante, com 75 km de extensão.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLÁUDIO CARVALHO. Indica ao Governo do Estado, com cópia para o Secretário do Estado – SESAU, da necessidade de ser viabilizada uma ambulância para atender a Unidade Mista de Saúde do Município de Pimenteiras do Oeste.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLÁUDIO CARVALHO. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, c/c para Ilma Secretária de Educação do Estado, da IMPERATIVA necessidade de ser providenciado para a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio CASIMIRO DE ABREU localizada no município de Nova Mamoré, a construção de seis salas de aula, e a instalação de uma subestação de maior suporte, a climatização das salas de aula, a reforma dos banheiros masculino e feminino, a construção de um escovódromo, providências necessárias e indispensáveis para que aquela escola venha atender de forma satisfatória as normativas do Projeto Guaporé, do qual a instituição foi contemplada passando a funcionar em tempo integral com cerca de 1.100 (mil e cem) alunos matriculados.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLÁUDIO CARVALHO. Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado com cópia para a Secretária de Educação do Estado de Rondônia – SEDUC, sobre a urgente necessidade da climatização na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio, Laurinda Groff no Distrito de Nova Dimensão - RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLÁUDIO CARVALHO. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia c/c para Ilma, Secretária de Educação do Estado, da necessidade de ser providenciado para a Escola Municipal de Ensino Henrique Dias, que atende da pré-escola até o nono ano de ensino fundamental, localizada no Distrito de São Carlos, uma subestação elétrica que permita a instalação das centrais de ar nas salas de aula naquela instituição de ensino.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLÁUDIO CARVALHO. Indica ao Senhor Governador do Estado com cópia ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER, da necessidade do asfaltamento de acesso e localizado no assentamento Joana D'arc, no trecho 55 km compreendido entre o Ramal Jatuarana até a linha 05.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL E DO DEPUTADO LEBRÃO. Voto de Repúdio à Presidenta Dilma Rousseff, em razão da inoperância de seu Governo no que se refere ao Ministério dos Transportes e DNIT, em relação às Rodovias Federais, em Rondônia - BRs 364, 319, 435, 429, 425, 241, e 174.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA. Susta o andamento da Ação Penal contra o Deputado Flávio Lemos.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO. Susta o andamento da Ação Penal contra a Deputada Ana da 8.

(Às 16 horas e 50 minutos o senhor Hermínio Coelho passa a presidência para o senhor Marcelino Tenório)

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Presidente) – Está suspensa a Sessão por conveniência técnica.

(Suspende-se a Sessão às 15 horas e 51 minutos e reabre-se às 17 horas e 19 minutos).

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Declaro reaberta a Sessão. Senhoras e Senhores Parlamentares, comunico as Vossas Excelências que em razão da alteração do horário da Sessão Ordinária das quartas-feiras, para às 09 horas as Comissões Permanentes, que se reúnam nas quartas-feiras no horário da manhã a partir das 09 horas, passarão a reunir-se no período da tarde obedecendo ao seguinte horário: Comissão de Saúde Previdência Social às 14 horas; Comissão de Defesa do Consumidor às 14 horas e 30 minutos; Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável às 15 horas; Comissão de Transporte e Obras Públicas às 15 horas e 30 minutos; Comissão de Habitação e Assuntos Municipais às 16 horas; Comissão de Educação e Cultura às 16 horas e 30 minutos; Comissão de Esporte e Lazer às 17 horas.

A SRA. ANA DA OITO - Uma questão de ordem Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não Deputada.

A SRA. ANA DA OITO – Eu conversei com o Deputado Valdivino Tucura, Senhor Presidente, a respeito do horário da Comissão de Saúde, para que se faça 13h30min. e conseqüentemente tem a dele do Transporte e Obras.

O SR. VALDIVINO TUCURA - Questão de ordem Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. VALDIVINO TUCURA – Senhor Presidente, eu quero aqui agradecer a presença do vereador do município de Jarú, do Edmilson, da sua esposa, e é nosso amigo, ele é do PRP, é mais um vereador, agora há pouco estive o vereador de Candeias do Jamari, e agora o Edmilson. Obrigado Edmilson, pela sua presença e conte com o apoio do Deputado e da Assembleia lá naquele município. Eu quero Presidente, que inclua na Ordem do Dia a Mensagem 036 que os nossos companheiros Deputados, já conversei com a maioria deles, e eles concordaram que não está na Ordem do Dia, que inclua Senhor Presidente a Mensagem 036.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Valdivino Tucura, esse projeto das OS, OSCIP's, nós não vamos votar agora, nós temos que discuti-lo bem discutido, isso aqui Deputado Jean, está cheio de pegadinha.

O SR. VALDIVINO TUCURA – Mas já foi discutido Presidente, já tem até o relatório das Comissões.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, não esse projeto aqui, ele tem que ir para a todas as Comissões, e nós temos que discuti-lo.

O SR. VALDIVINO TUCURA – Mas já tem o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, na última folha dê uma olhada, quem é o relator é o Deputado Lebrão.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, mais mesmo assim, nós não vamos votá-lo. Nós não vamos votar, Deputado Valdivino Tucura, o negócio que amanhã, Deputado, vai sobrar para nós também.

O SR. VALDIVINO TUCURA – Mais é um pedido do Governo, é de responsabilidade do Governo, e vai arrecadar recurso para o Estado também.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, mais isso aí Deputado Valdivino Tucura, isso é sério demais para a gente autorizar sem a gente ter uma discussão maior.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Uma questão de ordem Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Hoje de manhã o Controlador que é o Leonor, que está aqui presente esteve na Comissão de Finanças e também da Saúde, não foi votado na Comissão de Finanças, que o Deputado Neodi está presente, porque a Saúde ainda não tinha dado o parecer, mas foi discutido e o Leonor tirou todas as dúvidas na Comissão. Mas Presidente, eu gostaria que fosse incluído também na Ordem do Dia o Projeto de autoria do Deputado Euclides Maciel, meu e também do Senhor Hermínio, que revoga dispositivos da Lei 2.538, de 11 de agosto de 2011, revogando a isenção que foi dada para as usinas, já que na justiça eles já perderam e recorreram. Então nós temos que fazer a nossa parte e depois deixar que eles recorram também, que eu acho que nós não podemos contribuir para atrapalhar o Estado de Rondônia. Nós temos que arrecadar e esse dinheiro é justo. Então eu gostaria, Presidente, de incluir na Ordem do Dia o Projeto 626/2012.

O SR. VALDIVINO TUCURA – Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não.

O SR. VALDIVINO TUCURA – Pelo Regimento da Casa, o relatório da Comissão de Constituição e Justiça já está pronto. Falta qual das Comissões dar o relatório?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta de outras Comissões, com certeza.

O SR. VALDIVINO TUCURA – Então na próxima Sessão já tem condições de colocar em pauta.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, mais mesmo assim, Deputado Valdivino Tucura, esse projeto aqui Deputado Cláudio, e Deputado Neodi, era importante que nós, independente de Comissão, nós discutíssemos esse projeto bem discutido. Esse Projeto, ele é sério demais, nós estamos dando no escuro um trem para o Governo que engana muita gente, eu não acredito na conversa deles, vai ter que analisar com muito cuidado isso aqui, para lá na frente nós não estarmos revogando.

O SR. VALDIVINO TUCURA – Não, não, correto. Mas então vamos colocar um prazo. Se as dúvidas que o senhor ou algum

outro Deputado tenha, que vá com o Secretário para esclarecer, até na próxima Sessão, na semana que vem e quando chegar na terça-feira que vem a gente fazer esse compromisso com o Secretário e com o Governo do Estado, na próxima Sessão.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mas qual é o Secretário?

O SR. VALDIVINO TUCURA – Está ali, no cantinho ali.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Secretário de quê?

O SR. VALDIVINO TUCURA – Controladoria.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Controladoria?

O SR. VALDIVINO TUCURA – Isso, o Controlador. Está ali, acena aí, meu companheiro. Se tiver alguma dúvida, algum Deputado que tenha que sente com ele ou com algumas pessoas e tire alguma dúvida para colocar em votação na próxima Sessão na terça-feira que vem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não. É como lhe falei, esse projeto aqui, ele pode até ser aprovado aqui se a maioria dos Deputados entenderem que sim, mas que eu vou ser contra ele, eu vou mandar fazer um estudo desse trem aqui, isso aqui é muito perigoso, Deputado Tucura.

O SR. VALDIVINO TUCURA – Correto, correto. Aí Vossa Excelência coloca em votação, tipo assim: os Deputados que acharem que vale à pena votar, vota; do contraio, se manifestem ao contrário. Nós vamos colocar limites, semana que vem algum Deputado que tenha dúvida em relação a esse Projeto que tire as dúvidas com o Secretário ou com quem ele achar que há necessidade e na próxima Sessão coloca em votação. Aí o Presidente fica isento, se os Deputados, se a maioria aceitar, sim, senão, não, e aí segue, coloca em pauta para votação.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – É, mas aqui, Deputado Tucura, como eu falei para Vossa Excelência, eu pegar responsabilidade para projetos ruins desse Governo, eu não pego mais.

O SR. VALDIVINO TUCURA – Não, não é questão de o senhor colocar, não...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu vou votar, se eu for contra qualquer projeto aqui, eu vou dizer que sou contra...

O SR. VALDIVINO TUCURA – Não, correto, correto, aí o senhor se abstém do voto, na maioria o senhor se abstém, aí a maioria dos Deputados, se aceitar, correto, aí não há necessidade de o senhor aceitar, não vai ficar na culpa do senhor ou não.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu vou levantar, não, eu vou argumentar para que a maioria dos meus colegas não aprove mais projetos aqui que podem depois causar prejuízo para o nosso Estado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Dê uma olhada se já foi dado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça nesse projeto.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Dar o quê?

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Se já foi dado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Já foi, Deputado Lebrão?

O SR. LEBRÃO – Foi. Questão de Ordem, Senhor Presidente. Vossa Excelência participou, inclusive, no dia da Sessão, como Vossa Excelência tinha uma dúvida nesse projeto, eu solicitei que entregasse para Vossa Excelência uma cópia na íntegra desse projeto.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – É porque até agora o Presidente não tinha falado nem o título do projeto, só estava falando aí o número e eu não sabia o título. Mas se foi discutido na Comissão lá, foi dado o parecer na hora que chegou lá, inclusive eu me abstive.

O SR. LEBRÃO – Na verdade, Vossa Excelência não participou da primeira reunião, ele já estava na minha mão, já tinha sido passado para que eu fizesse análise de projeto, eu analisei, dei o parecer no dia que Vossa Excelência participou pela primeira vez, se eu não me engano, da Comissão de Constituição e Justiça, aí dei o parecer favorável. Logo em seguida ele tramitou, hoje foi discutido arduamente lá na Comissão de Finanças, o Deputado Neodi participou, da mesma forma a Deputada Ana da Oito.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Eu não fui o relator desse projeto.

O SR. LEBRÃO – Não, o relator foi o Deputado Lebrão.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Eu sou favorável também, Senhor Presidente, que a gente dê mais uma estudada no caso. Não posso dizer que serei contra ou a favor, quero conhecer o projeto nos próximos dias nesta Casa.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu vou pedir, Deputado Neodi, Deputado Tucura, eu vou pedir que a nossa assessoria aqui tire cópia do projeto e passe para cada Deputado, aí que cada Deputado analise bem isso em casa, chame os assessores, os técnicos dos seus gabinetes, entendeu, Deputado Neodi, esses projetos têm muita pegadinha aqui.

O SR. NEODI – Questão de Ordem. A questão desse projeto, eu recebi na semana passada o Controlador no meu gabinete, inclusive nós estávamos na reunião da Comissão de Finanças e Orçamento e o Controlador esteve lá, tinha eu acho que uns 07, 08 Deputados lá e eu pedi a ele que fizesse um esclarecimento aos Deputados. Eu não fiquei até o final porque eu tive que sair, até porque eu já tinha tido essa reunião com o Controlador. Então, a minha sugestão; passou na Comissão de Constituição e Justiça, não foi isso? Foi aprovado. Agora, o próximo passo é para Comissão de Finanças e Orçamento, é isso?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu vou mandar para Comissão de Saúde.

O SR. NEODI – Comissão de Saúde e aí a Comissão de Finanças e Orçamento. Então, eu acredito que dentro dos trâmites legais, na semana que vem deva ter passado em todas as Comissões, para que realmente todo mundo possa tirar as dúvidas que tem. E é só para encaminhamento, eu estou aqui encaminhando à Mesa os 02 projetos que eu pedi vista na semana passada, eu já tomei conhecimento dos projetos e estou neste momento entregando à Mesa Diretora para que se queira incluir na Ordem do Dia, já está em condições aqui de ser incluso. Então, eu gostaria de pedir a Vossa Excelência esse trâmite nas Comissões.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu queria, Deputado Tucura, sabe por que é, Deputado Tucura, a nossa preocupação, Deputado Tucura, a nossa preocupação é o seguinte: qual é a minha preocupação? Todos os projetos que o Governo manda para esta Casa, ele chega dizendo que é muito bom, é bom para o Estado, é bom para isso, é bom para aquilo e nós temos aprovado rápido, todos os projetos. Qual é a minha preocupação? Esse negócio dessas entidades, esses OSCIP's, isso tem dado rolo no país inteiro, a própria Presidente Dilma já parece que lá em nível federal, já mandou suspender esses contratos com essas ONG's e OSCIP's, eu não sei mais o quê. Porque, como o Deputado Cláudio falou um dia desses aqui das Irmãs Marcelinas, as nossas entidades sérias mesmo, as mais sérias, ninguém quer conversa com elas, na maioria das vezes são entidades já criadas, Deputado Neodi, para os esquemas. O quê que Rondônia quer fazer? Rondônia quer copiar o que já acontece por aí que não está dando certo, é isso que eles querem fazer, copiar com uma conversa bonita danada, que depois na prática não vai dar essas coisas toda de bonito. Por isso, Deputado Tucura, que a gente tem que ter muito cuidado.

O SR. VALDIVINO TUCURA – É correto.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Porque isso aqui, Deputado Tucura, falaram o seguinte: parece que para uma ONG fazer um serviço aqui no Baixo Madeira precisa dessa autorização. Mas aqui abre geral, aqui não é especificamente para um trabalho...

O SR. NEODI – Uma Questão de Ordem, Senhor Presidente. Eu estive olhando esse projeto e conversando com o Controlador. Na verdade, esse projeto ele é diferente, por exemplo, naquele dia foi citada aqui a questão das Irmãs Marcelinas, esse aqui é o contrário. Por exemplo, tem empresas hoje, vamos citar um exemplo aqui, a Natura, ela tem um fundo que ela tem que investir no social e esse recurso, ele não pode vir através do Governo direto. Então, o quê que essas empresas fazem? Essas empresas buscam esse recurso através de um convênio já firmado com o Governo e investem esse dinheiro, ou seja, na saúde, ou no social. Na verdade, o projeto, Senhor Presidente, a princípio naquele dia, inclusive, quando Vossa Excelência questionou, eu também fui favorável à gente conhecer melhor o projeto, para não votar um projeto sem conhecimento, por isso que eu recebi a visita e eu estive verificando do que se trata. Então, até onde eu entendi, eu posso estar equivocado, mas até onde eu entendi o projeto, ele faz o caminho inverso, ele não tira dinheiro do

Governo, pelo contrário, ele busca esse recurso que a ele é destinado no fundo para o social, seja na área ambiental, na área da Saúde e através dessas empresas que apresentam os projetos, elaboram os projetos, são projetos importantes que passam por uma avaliação, inclusive pelo crivo do Ministério Público Federal, e aí sim, esses recursos são liberados e vêm e investem no Estado, tipo, o Governo está custeando um hospital, pode ser custeado através desse recurso. Então, o que eu entendi isso aqui, era bom se Vossa Excelência tivesse a oportunidade realmente de dar uma lida, uma olhada que daí já ia dirimir as dúvidas que tem. No meu entendimento, pelo que foi me explicado, pelo que eu li, que eu entendi do projeto, ele é nesse sentido, Senhor Presidente, só para deixar esclarecido aqui o que eu entendi desse projeto.

O SR. VALDIVINO TUCURA – Presidente, o entendimento é o que o Deputado Neodi explicou muito bem. É o mesmo entendimento do Deputado Tucura, do Deputado Lebrão, do Deputado Adelino, da maioria dos Deputados, o Deputado Zequinha, esse é o entendimento, vai ser inverso daqueles outros. Mas, se o Deputado estuda, vê se há necessidade de alguma emenda, Vossa Excelência coloca alguma emenda em relação à fiscalização que é interesse que seja Vossa Excelência ou qualquer outro Deputado que coloque uma emenda nesse projeto para que faça a fiscalização do jeito, da maneira que o Presidente achar que é viável.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu achei, por que é o Controlador do Estado que vem defender ou fazer a defesa do projeto? Por que é o Controlador?

O SR. VALDIVINO TUCURA – Porque é da pasta dele, é da pasta dele, é da Controladoria do Estado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – É da Controladoria? Mas a Controladoria cuidando disso?

O SR. VALDIVINO TUCURA – Controla de tudo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, esquisito isso. Controladoria cuidar disso aqui.

O SR. NEODI – Eu posso explicar. Na verdade, o Controlador, que ouve a dúvida, ouve a dúvida do questionamento, inclusive eu mesmo questionei aquele dia, da presença do Controlador aqui foi para explicar o que realmente era a essência do projeto, inclusive está dentro do projeto, eu tive oportunidade de olhar o projeto ali, está dentro do projeto. Então, realmente, na verdade, o que eu entendi, o que me foi explicado e pelo que eu li, o que eu entendi realmente, ele é um projeto que ele é importante, principalmente na área de Saúde, ele não é projeto para investimento de construção, de obras e qualquer infraestrutura do Estado, ele vem para ajudar a questão do social, na saúde, enfim, vários projetos sociais que com certeza têm esse recurso que é destinado em grandes empresas que eles são obrigados, uma parte desse recurso que é retido para investir, precisa dessas

empresas para fazer os projetos e buscar esses recursos, ele não pode ser passado direto para os órgãos públicos, ou seja, para a Prefeitura, ou para o Estado, ou para a União, direto, ele tem que ser através de organização social que vem esse dinheiro.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Na Sessão passada, o Leonor estava presente, aí ficou combinado de ele vir hoje na Comissão e ele veio. Então, na Sessão passada ele estava presente, foi combinado, o Deputado Neodi pediu, e ele fez uma explanação muito interessante, que eu achava que passando pelas Comissões na terça-feira antes da Sessão, de repente fazer uma reunião com os Deputados e tirar as dúvidas, com certeza a explicação que ele deu foi muito importante da questão daquele investimento do Padre lá em Cacoal, naquele Hospital, está bem antigo, só que hoje o Estado não tem o controle do que está sendo investido no Estado de Rondônia pelas ONGS, pelas entidades, são recursos de fora. Eu acho isso muito importante, acho que o Estado de Rondônia já perdeu muito, porque o Acre está ganhando muito com isso, e outros Estados no país estão ganhando bastante com isso. Então, eu acho que tem que abrir, o nome OSCIP, e eu concordo com o senhor que já foi criada muita discussão, mas ali é diferente, não é aquela, eu achei interessantíssimo e esses são investimentos das empresas para investir dentro do Estado de Rondônia, e também o Estado ter um controle, eles vão ter que passar pelo PPA do Estado e saber onde vai aplicar e vão também tentar direcionar onde eles querem, mas o Estado pode opinar e a Assembleia também pode opinar quando liberar os projetos. Eu acho interessante, eu acho louvável a sua preocupação, Senhor Presidente, e acho que se puder trazer o Leonor aqui e fazer uma explicação antes da Sessão na terça-feira eu acho que é muito útil.

O SR. CLAUDIO CARVALHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. CLAUDIO CARVALHO – O encaminhamento do Deputado Adelino, eu estou até contemplado, acho que aproveitando, inclusive, hoje, Deputado Adelino, a presença do Controlador aqui, acabando a Sessão a gente poderia, todos os Deputados ouvirem um pouco as explicações técnicas do Controlador e depois a gente pegava o projeto para fazer o nosso entendimento depois das explicações do Controlador.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Quando eu falo assim essa questão da Controladoria, porque o papel da Controladoria não é cuidar disso aqui, não. O Controlador mexer com isso aqui, Controladoria é para ter cuidado, com zelo na questão do...

O SR. SAULO MOREIRA – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Saulo.

O SR. SAULO MOREIRA – Senhor Presidente...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu acho, Deputado Claudio, que não é a Controladoria que deve explicar ou falar qualquer coisa desse projeto, não.

O SR. SAULO MOREIRA – Senhor Presidente, por Questão de Ordem, eu também já tive a oportunidade de discutir bastante sobre esse projeto, inclusive conversando com o Controlador que é o Dr. Leonor, não pelo fato tanto dele ser o Controlador do Estado, mas pelo conhecimento que ele tem da área e por isso é muito bom as explicações dele. E esse projeto, Senhor Presidente, realmente ele é muito necessário para o Estado. Agora, o senhor tem toda a razão, é bom que o senhor também faça as avaliações, o senhor também possa aprofundar mais no projeto e na próxima terça-feira a gente vota a lei, o senhor faça as emendas que o senhor achar necessárias, isso vai ser muito bom até para melhor estruturar o projeto caso que o senhor venha colocar algumas emendas, mas esse projeto realmente ele é bom para o Estado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Porque o projeto era quase uma Bíblia, é grande, e é cheio, é um negócio amplo, depois, não é uma coisa simples, aí a gente está achando que está aprovando uma coisinha aqui, a gente está autorizando-os a fazer todo o tipo de... E quando eu falo, por exemplo, a nossa Controladoria aqui do Estado, que hoje as Controladorias nos municípios e nos Estados são importantes demais, nas Câmaras, nas Assembleias, são importantíssimas, inclusive aqui os nossos Controladores, os nossos servidores da Controladoria que a gente tem o maior respeito e carinho, que ganha uma miséria no Estado de Rondônia, que eles têm que valorizar os nossos trabalhadores da Controladoria. E do jeito que fizeram um plano decente para os Auditores e para os Procuradores, que faça também para os nossos Auditores do Estado que estão há trinta anos, um controlador, um servidor do Estado, Deputada Epifânia, com 30 anos ganhando R\$ 800,00 (oitocentos reais) por mês, isso é uma vergonha para o nosso Estado. Enquanto paga vinte, sei lá, trinta mil para um Procurador, para um Auditor, paga oitocentos reais para o Controlador. E o que eu estou falando aqui é dizendo porque o papel, pelo menos eu acho, que o papel da nossa Controladoria não é cuidar desses trens aqui, não.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Presidente? Presidente, eu tive a oportunidade de dar uma lida aqui no projeto e conversei rapidamente com o Controlador, participei também de uma Audiência Pública já para discutir esse projeto, foi lá até no auditório da EMATER, e primeiro dizer aqui que a Controladoria ela elaborou esse projeto, porque, na verdade, ela está regulamentando as OSCIP's que já existem, não é? Então, ela está regulamentando, possibilitando que ela possa prestar serviço ao Estado. E eu concordo com o senhor que mesmo eu tendo lido, mesmo eu tendo ido à audiência, ainda assim é necessário, porque eu acho que quando a gente debate entre a gente, a gente tem a possibilidade também de ouvir outros e a gente chegar a uma conclusão mais aceitável. Mas uma das coisas que me deixam um pouco flexível a esse projeto, Presidente, eu quero dar um exemplo. Por exemplo, dois exemplos da Educação, uma eu vou dar de um local que o senhor conhece, que é lá em Nazaré, o senhor sabe o quanto que é difícil nós termos professores das

áreas específicas. Nós temos uma Escola lá do ensino médio que nós não temos professor de Matemática, se nós fizermos o concurso nós não teremos professor de Matemática lá porque é muito difícil, não é? E esse projeto ele possibilita que uma OSCIP que trabalhe, que atue nessa área que possa contratar o professor e possa suprir aquela necessidade. Assim como a Escola Família Agrícola que hoje também a gente está com dificuldade de ter os profissionais da Educação para trabalhar lá no campo. Esse é um exemplo que eu estou dizendo que eu acho positivo. Agora, quando o senhor fala que é importante a gente também dar uma olhada para ver se no meio disso tudo está tudo muito claro, está tudo muito legível para que a gente entenda, eu também concordo. Acho que a gente tem que ler cuidadosamente, ele é um pouco volumoso por que ele conceitua muita coisa, ele conceitua várias coisas, então ele termina sendo um pouco longo. Mas eu acho que não há prejuízo, não há prejuízo de a gente ouvir e aí eu acho que tem quer ser todo mundo, vai todo mundo que tem interesse no projeto, discute, ouve o Controlador, a gente tira as dúvidas e elimina isso, a gente resolve logo se vota ou se não vota. Era só isso.

A SRA. ANA DA OITO – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputada Ana.

A SRA. ANA DA OITO – Senhor Presidente, como o Deputado Luiz Claudio sempre fala, grandes projetos temos que debater e discutir aqui nesta Casa de Leis, não é chegando e já empurrando. Ele veio da Comissão de Constituição e Justiça, ficou, pairaram várias dúvidas na Comissão, agora está se passando para a Comissão de Saúde, tem os prazos legais, regimentais para se cumprir, vamos fazer um debate, a Comissão de Saúde vai se reunir, vai chamar os técnicos para debater, hoje eu indaguei uma questão ao Controlador, o Controlador não soube me responder qual a diferença das OSCIP's que são das OS passadas para esse projeto de agora. Qual a diferença? E vários outros questionamentos que eu vou debater depois que eu ler o projeto, me inteirar de várias situações que ele tem dentro do projeto que eu vejo assim que não ficou claro para mim, Senhor Presidente.

Então, está na Comissão, chegou agora na Comissão de Saúde, bem lembrado, agora, e aí a gente vai partir para dar os pareceres. Obrigada.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA – A título de esclarecimento até de um questionamento feito agora há pouco a respeito por que a Controladoria ser responsável por esse projeto. Na verdade, é o seguinte: não cabe à Comissão de Constituição e Justiça analisar esse projeto. Não cabe porque ele não é pertinente, exclusivamente a Saúde, ele no capítulo dois aqui...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – De Justiça ou de Saúde então?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Não, Justiça tem, Justiça é a primeira Comissão da Assembleia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim, mas Vossa Excelência falou que não era.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Da Comissão de Saúde.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Aí porque: capítulo 2º Das Áreas de Atuação do Poder Executivo.

Artigo 3º - O Poder Executivo atuará de forma sistêmica e integrada, por meio de programas, especialmente nas seguintes áreas, de forma exclusiva nas áreas de: segurança pública, representação judicial e extrajudicial do Estado, defensoria pública, arrecadação, fiscalização tributária e controle interno, fiscalização sanitária agropecuária, fiscalização e controle do meio ambiente e regulação e fiscalização de serviços delegados, de forma concorrente ou não, exclusivas na área de educação, saúde, cultura trabalho, emprego, direitos de cidadania, urbanismo, habitação, saneamento, meio ambiente, ciências e tecnologia, agricultura, organização agrária, indústria e comércio...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Jean, Vossa Excelência vai ler esse livro todinho?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente, o senhor não está entendendo. O que eu estou querendo dizer aqui, o que justifica a Controladoria estar sobre o comando deste projeto, é porque ele é abrangente, ele não é de uma área específica.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Exatamente. O trem é grande.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Então, vai ter que passar por todas as Comissões, vai ter que passar pela minha do Meio Ambiente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – É uma boa ideia, vamos passar por todas as Comissões. Eu quero dizer aqui o seguinte...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu acredito, Senhor Presidente, que é a maneira mais correta de fazer esse problema.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Jean, ele fala, uma das justificativas do Governo é que é necessário este projeto porque o Estado está perdendo o recurso. Eu acho engraçado que tem trezentos e poucos milhões que o Estado pode buscar bem fácil, pegar de volta do INSS, aí ele não entra para buscar. Quando eu vejo pressa de projeto deste Governo, deste tamanho. Aqui, pode ter certeza, eu estou vendo todos os Deputados falarem isso, daqui há dois, três meses, quatro meses, cinco meses, aí nós vamos estar aqui tudo se lamentando porque fizemos mais uma besteira.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, em momento algum na minha fala o senhor ouviu o pedido de acelerar a votação.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não estou falando de Vossa Excelência, não.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu quero dizer o seguinte: esse projeto realmente...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Aqui tem umas vinte Comissões, nós vamos deixar passar pelas vinte.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu quero dizer aqui, com seriedade, que fique registrado, que pelo pouco que eu li aqui algumas páginas rapidamente, esse projeto é muito importante e até mesmo esses trezentos milhões de reais do INSS, ele passa por isso aqui também, porque pode ser via OSCIP a recuperação do crédito do INSS. Então, uma coisa que tem a ver, que tem que acelerar a votação ou não, isso é critério geral, coletivo da Casa. Agora, que nós precisamos apreciar esse projeto, isso aí nós não temos como correr, isso aqui é importante.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Uma Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu gostaria só de falar também que as Comissões têm que reunir, que a Deputada Ana hoje ficou sozinha na Comissão. Eu não participava de nenhuma Comissão, fiquei lá na Comissão de Finanças, a Comissão de Finanças não deu o Parecer porque dependia do **quorum** da Comissão de Saúde. Então, se tiver que passar em todas as Comissões, do jeito que o pessoal está participando das Comissões, é lamentável, mas esse Projeto não sai nunca. Então, eu gostaria de deixar aqui registrado, até o Deputado que já citou na Sessão passada, o Deputado Claudio citou na Sessão passada, e é verdade, nas Comissões é difícil, duas vezes nós reunimos a minha Comissão, nós fizemos até com a Cultura sem **quorum**, nós discutimos os projetos sem **quorum**, porque faltou **quorum** na nossa Comissão. Então, eu gostaria de fazer um apelo a todas as pessoas que participam de qualquer Comissão, que participem de verdade, porque senão nós vamos ficar aqui batendo e não vamos aprovar nenhum projeto.

O SR. VALDIVINO TUCURA – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Valdivino.

O SR. VALDIVINO TUCURA – Deputado Adelino, em relação à minha Comissão, que é de Obras, reúne todas às vezes que tem projeto, tem algum debate, mas o problema é que na Comissão de Constituição e Justiça, já podem pegar as atas e confirmar, eu sou membro da Comissão, o Deputado Lebrão e o Deputado Luizinho, eu já estive umas cinco ou seis vezes, não deu **quorum**, todos os Deputados sabem da obrigação que têm, mas não estão comparecendo e nós não podemos deixar também a Casa parada por causa de Deputados que não aparecem nas Comissões.

E aí, Presidente, em relação a essa discussão, pelo jeito vai até daqui a algumas horas, que coloque em votação, na próxima, Vossa Excelência dá o prazo até na outra Sessão e na próxima Sessão se coloca em votação, aí cada Deputado sabe o que está fazendo, se alguém tem dúvida ele vai pedir esclarecimento de alguma dúvida que tem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Tudo bem, Deputado Tucura, eu vou distribuir uma cópia para cada um dos Deputados.

O SR. VALDIVINO TUCURA – Nós já votamos tantos projetos, vamos votar mais esse, vamos dar mais um voto de confiança que o Governo merece.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, hoje não.

O SR. VALDIVINO TUCURA – Hoje não. Na próxima Sessão.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Então está bom; na próxima semana. Aqui não aguenta a pressão, os colegas, a maioria querendo não tem jeito.

O SR. VALDIVINO TUCURA – Não é a pressão, o Parlamento é assim mesmo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Tucura, é como eu falei para Vossa Excelência, eu sempre tenho dito, nós, a Assembleia, a minha preocupação é de lá na frente sobrar para nós Deputados também, porque esse Governo está arrebentando o nosso Estado e nós estamos autorizando-o arrebentar o nosso Estado, porque tudo que vem para cá: está autorizado, está autorizado. E depois vai sobrar para nós também, infelizmente, infelizmente eu tenho que dizer isso. Não, nós estamos discutindo um Projeto aqui que não está nem na pauta.

O SR. VALDIVINO TUCURA – Questão de Ordem, senhor Presidente. Fica na próxima Sessão, na próxima Sessão fica definido, alguém que tenha alguma dúvida...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, ele vai para a Comissão de Saúde, aí, até terça-feira Vossa Excelência traz para o Plenário. Eu vou buscar informação e argumento para tentar convencer os meus companheiros, a maioria, para nós não votarmos esse trem rápido. Mas vai depender do nosso argumento, do que a gente, porque eu não tenho conhecimento, mas eu vou buscar mais informação, Deputado Tucura, para nós discutirmos bem discutido esse trem, e pode ser na terça-feira mesmo. Aqui os nossos Deputados nós estamos com um problema aqui, primeiro tem Comissão demais, Comissão não reúne, tem que reunir essas Comissões, que todos ganham, todos têm um segundo gabinete nas Comissões.

Outra coisa, outra coisa, nós, os Deputados, na terça-feira, principalmente, não tem que ter pressa para sair do Plenário, se nós sairmos daqui de madrugada não tem problema nenhum. É bom nós matarmos quase tudo o que nós temos para fazer na semana, hoje, na terça, amanhã e na quinta-feira já libera os nossos Deputados para irem para as suas bases. Tem alguns companheiros que ficam numa pressa danada. Na terça-feira, nós vamos ficar aqui até meia-noite, de madrugada, até o tempo que for necessário

para discutir os projetos e votar. Porque tem alguns colegas que ficam numa pressa danada, porque não gostam de ver debate, parece que já querem ir embora.

O SR. FLÁVIO LEMOS – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Flávio.

O SR. FLÁVIO LEMOS – Senhor Presidente, Vossa Excelência, eu sei da sua preocupação, mas esta Casa é só invocar o Regimento, como o Deputado Tucura disse, nós temos aí o prazo para votar, como aconteceu, está acontecendo, Deputado Tucura, esta Casa tem que fazer o papel dela. Se nós temos Projetos aqui para serem votados, esta Casa pode ficar o tempo que quiser aqui para poder votar. Agora, como nós discutimos, Vossa Excelência estava em Brasília, a respeito de um empréstimo de um bilhão e setecentos que o Estado está querendo fazer. Nós estivemos lá, Deputado Neodi, eu fui designado a representar a Casa no Governo e, lá, nós discutimos sobre esse empréstimo, que era já para ter colocado em votação, nós discutimos com ele que era muito rápido porque só desses um bilhão e setecentos, um bilhão e trezentos é do BERON, para se pagar uma dívida com o Banco Mundial. Então, lá se discutiu e se pediu mais prazo, esse é o Parlamento. Para que a gente saiba realmente para que está sendo feito. Então, esse projeto eu sei da preocupação de Vossa Excelência, eu acho que tem que olhar bem mesmo. Porque é o que eu tenho dito sempre, Deputado Tucura, nós aqui vamos passar um mandato, dois, três ou quatro, o Governo do Estado pode vir à reeleição, passa também, mas o Estado é maior que todos nós. Então nós temos que votar conscientes em tudo o que votarmos aqui. Então, eu acho que esse é o Parlamento. Agora, quanto tempo nós vamos ficar aqui, quanto tempo for necessário, nós temos que estar aqui para votarmos e analisarmos e fazer o melhor para o Estado de Rondônia. Tanto pode ser para o Governo Confúcio como o Governo que passou ou o Governo que vai vir, Deputado Marcelino, a nossa preocupação é com o Estado de Rondônia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Flávio. Eu queria, só para colocar um exemplo aqui, Deputado Tucura, da má-fé do Governo. Ele mandou, esse já é o terceiro financiamento, quer dizer, nós já aprovamos dois aqui, os dois dão um bi, e esse que ele quer fazer aí para pagar a dívida do BERON é de quase dois bi. O que foi que ele fez, Deputado Cláudio, Deputado Neodi? Ele mandou para cá o financiamento dizendo, acertou, conversou com os Deputados todos que era para construir escola, que era para revitalizar a Usina de Calcário, era para fazer Hospital, era para fazer, criar não sei o que de peixes, frigorífico de peixes, por aí a fora. Aí nós autorizamos, votamos rápido e autorizamos para ele, demos carta branca para ele. Sabe o que foi que ele fez, Deputado Tucura? Pegou o dinheiro do empréstimo, Deputado Ribamar, para pagar outro empréstimo. Ele não falou para nós que estava pegando dinheiro, que aquele financiamento era para pagar empréstimo, empréstimos passados, não, e fizeram. Hoje ele pode fazer o que ele quiser com aquele um bilhão que nós o autorizamos a pegar emprestado lá em Brasília, inclusive tem duas leis nossas aqui, Deputado Neodi, que nós estamos colocando, e como ele não tem palavra e engana,

nós estamos colocando na Lei que nós aprovamos no ano passado, tirando a carta branca, Deputado Cláudio, que para ele fazer qualquer coisa do que já estava previsto lá, para mudar para qualquer lugar tem que vir para a Assembleia. Por isso, Deputado Tucura, a minha preocupação, da gente, quando eu falo da boa-fé, Deputado Cláudio, quando eu falo da boa-fé, vem uma conversa, ele nem vem. Aí, manda o nosso Controlador que é uma pessoa tranquila, uma pessoa educada, vem, ele nem tem coragem de vir. Ele manda. E depois eles vão enganar a gente e enganar o nosso Controlador também, com certeza vão enganar também.

O SR. NEODI – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Neodi.

O SR. NEODI – Essa questão que Vossa Excelência colocou, da questão de usar o dinheiro para pagar alguns empréstimos, eu também fui saber o que estava acontecendo, por que tinha sido utilizado o dinheiro do financiamento para pagar empréstimo. O que foi explicado a mim é de que não foi pago o empréstimo, foi pago, por exemplo, quando nós autorizamos a contratação daquele financiamento na cláusula contratual do empréstimo do dinheiro do Governo do Estado com o BNDES já previa o Governo contemplar e pagar alguma obra que já estivesse em andamento, já estivesse em andamento, que fosse da mesma finalidade do que estava no contrato. Então, foi-me explicado desta forma, inclusive me disseram que não foi pago empréstimo, que foi pago, sim, dívida já assumida de contratos firmados, mas que previa nesse contrato do BNDES.

Então, na verdade, o que foi pago, realmente, segundo explicações que me foram dadas por alguém que é responsável pelo projeto, inclusive da coordenação da SUGESP, que foram pagas algumas obras que já tinham sido iniciadas, mas que estava previsto no contrato do empréstimo que nós aprovamos aqui. Estava dentro das cláusulas do contrato que a Assembleia Legislativa aprovou que o Governo poderia fazer isso, inclusive com concordância do BNDES, foi a explicação que me foi dada em relação a isso que Vossa Excelência questionou naquele dia do Plenário e eu pedi explicação e a explicação que me deram foi essa.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Agora, Deputado Neodi, essas explicações que eles deram, é como eu lhe falei, ou eles estão desmentindo o Diário Oficial deles, que está lá no Diário Oficial do Estado dizendo que foi pago lá os 16 milhões e foi pago dívida. Está tudo lá no Diário Oficial. Esse Governo, esse Governo, Deputado Neodi, nós pedimos informação dos remanejamentos, eles mandaram para cá dizendo que tinham remanejado 8%, e o limite era 10% autorizado pela Assembleia, dizendo que nós já sabíamos que eles estavam descumprindo a Lei, nós pedimos, eles mandaram, Deputado Lebrão, dizendo que tinham remanejado 8%, 9%, e nós descobrimos que tinha, na Secretaria que tinha remanejado mais de 30%, Deputado Neodi. Aí, Deputado Neodi, é como eu lhe falei, quando eu falo, a gente chamar as pessoas, homens de mentirosos, não é tão simples, não, eu não falo isso com prazer, não. Mas esse povo é difícil de acreditar nesse povo, eles mentem tanto na palavra como no escrito, aí fica difícil. Quem

está falando, eu estou falando o que está lá no Diário Oficial do Estado, que eles pagaram uma dívida de dezesseis milhões do empréstimo passado com o dinheiro deste empréstimo, agora. Isto está lá, não fui eu que coloquei no Diário Oficial do Estado, foram eles que colocaram.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, senhor Presidente. Primeiramente, quero falar um pouquinho do terceiro setor que foi passado e analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e a gente está aí acompanhando, todos os Deputados que têm dúvida, eu gostaria de solicitar de Vossa Excelência que colocasse realmente uma cópia para cada Deputado, e Vossa Excelência também, através de sua Assessoria Jurídica, que analisasse esse Projeto para que a gente possa tramitar e não continue perdendo recursos de terceira via como nós estamos perdendo hoje no Estado. E fazer também, mais ainda por uma Questão de Ordem, a solicitação para que tire da Ordem do Dia o Requerimento de autoria do Deputado, que é de urgência para o Projeto de Lei nº 450, e tirar tanto o Requerimento como o projeto da Ordem do Dia, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Está deferido já o pedido do nosso companheiro Deputado Lebrão e vou incluir na Ordem do Dia aqui o Projeto nº 626/12 do Deputado Euclides, do Deputado Adelino e do Deputado Hermínio, a Lei que revoga as isenções das usinas, que a Justiça suspendeu, a Justiça anulou, julgou inconstitucional, parece que está na Justiça. E também o Projeto de Lei de autoria coletiva nº 826/13 e o Projeto do Poder Executivo nº 807/13.

Eu estava olhando aqui outro detalhe aqui, eu estava olhando, tem um monte de Comissão aqui, tem uma 14:00h, outra 14h30min, outra 15:00h, outra 15h30min, outra 16:00h, outra 16h30min, outra 17:00h, como é que meia hora uma Comissão de Justiça ou de Finanças ou de Saúde discute todos os projetos em meia hora? Essas aqui são tudo na quarta-feira. Não pode ser rápida. O que eu queria que os Deputados poderiam reunir nos gabinetes, se for o caso, esse negócio de meia hora só para uma Comissão, às vezes tem projetos polêmicos.

O SR. CLAUDIO CARVALHO – Senhor Presidente, essa questão das Comissões e a que mais demanda é a Comissão de Constituição e Justiça e nunca fica só meia hora, nós ficamos geralmente duas horas na Comissão de Constituição e Justiça. A de Orçamento é a segunda que mais demanda, mas tem outras Comissões aí que chegam poucos projetos, que têm pouca demanda, meia hora até resolve, só a Comissão de Constituição e Justiça e a de Orçamento que geralmente demoram maior tempo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Está bom, obrigado. Peço ao nosso Secretário ler aqui uma Proposição.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – INDICAÇÃO DE AUTORIA COLETIVA, indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de se realizar, com urgência, concurso público para Perito Criminal, como também a Reativação ou Instalação de Seção de Criminalística nas Comarcas do Estado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO, que requer à Mesa Diretora que a Sessão Ordinária a ser realizada no dia 15 de maio de 2013, às 09 horas, em homenagem ao Dia do Assistente Social, seja transformada em Sessão Solene.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Requerimento do Deputado Ribamar Araújo. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL E DEPUTADO LEBRÃO, requer Voto de Repúdio à Presidente Dilma Rousseff, em razão da inoperância de seu Governo no que se refere ao Ministério dos Transportes – DNIT, em relação às Rodovias Federais em Rondônia; BR's: 364, 319, 435, 429, 425, 421 e 174.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO, requer Votos de Pesar aos familiares do Sr. Flávio Alves Carneiro, pelo seu falecimento ocorrido no dia 06.04.13.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o Requerimento do Deputado Zequinha Araújo. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO, requer a realização de Audiência Pública no dia 24 de abril de 2013, às 15 horas, para debater sobre o aumento do impacto ambiental das Usinas de Santo Antônio e Jirau e as compensações sociais.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Nós sabemos que as Audiências Públicas a gente às vezes faz até um debate importante, mas na prática não sai nada, porém essa questão, Deputado Ribamar, o estrago que essas usinas estão fazendo no nosso Estado, e o pior é que eles não dão satisfação a ninguém. Imaginem quando ela tiver 100% acabada, eles vão embora e nunca mais ninguém aparece aqui. É importante, já saiu em nível nacional, Deputado Flávio, Vossa Excelência vê o nosso rio Madeira que já desbarranca naturalmente e com essa confusão aí da água, de soltar água aí fora da coisa natural da natureza, aí está esculhambando tudo mais ainda, se a coisa já estava feia, está mais feia ainda. E, além disso, nós discutirmos outras coisas também. Que medida o Estado, porque já que o Governo do Estado e a Prefeitura de Porto Velho não têm, não conseguem, não têm coragem ou sei lá o quê de

exigir os direitos de Rondônia, nós Deputados estaduais vamos chamar, vamos chamar a sociedade, vamos chamar a Justiça, vamos convidar eles, é perigoso eles mandarem um empregado lá de quinta, de quinto escalão, porque eles não têm o mínimo de respeito por ninguém, os chefes não vêm aqui de jeito nenhum, Deputado Neodi, e vão mandar lá um funcionário lá do quinto escalão, aí vai vir aqui e fica por isso mesmo. Mas é isso, pelo menos nós da Assembleia vamos denunciar e mostrar que tem ainda alguém preocupado com essa coisa, Deputado Ribamar, é muito sério, Deputado Ribamar, essa coisa que está aí, é até assustador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Imagine, Deputada Epifânia, você morar na beira do rio Madeira, nossa senhora, é assustador aquilo ali, você vê aquela, sabe, aí, Deputado Adelino, a intenção nossa, isso aqui é um pedido de pessoas: "Hermínio, toma alguma providência"! Aí, Deputada Glaucione, vamos fazer essa Audiência, vamos chamar todos, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, vamos chamar a sociedade para a gente pelo menos não aceitar tudo calado que nem nós temos aceitado sempre, quando eu falo nós, não é nós os Deputados, é todo o Estado de Rondônia.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Nós já tivemos aqui uma Audiência Pública onde eles mandaram uma pessoa que também não representava nada à época e foi naquele problema que teve com a questão ambiental. Então, nessa Audiência Pública, o Deputado Ribamar que está, acho que é importante chamar também a Nancy, o IBAMA,...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Mas é o principal que vai vir, nós vamos chamar o Governo e vamos chamar principalmente a SEDAM.

O SR. ADELINO FOLLADOR – E a questão também desse estrago que está sendo feito aí, trazer alguém que dê uma resposta para a sociedade sobre isso, senão cria uma expectativa e aí vem aqui uma pessoa que não resolve nada e aí o pessoal volta frustrado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO - Senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Cláudio.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – A questão do rio Madeira, nós sabemos que o rio Madeira ainda está com o seu leito ainda na fase de ampliação do leito, não está com o leito definido totalmente e muitas pessoas que moram à beira do rio, moravam, algumas já tiveram que sair. Com a questão das usinas, fica aquela pergunta na nossa cabeça: "Será que está desbarrancando numa velocidade maior por causa das usinas"? Então, acho que a gente teria que ter alguém que fizesse um estudo para saber disso. Eu estive na Semana Santa em São Carlos e em Calama e vi que muita gente da beira do rio, gente ali de São Carlos que morava ali há anos, todos tiveram que sair, é uma cheia também bem acima dos outros anos. Lá em Calama o barranco está derrubando

a igreja, começou derrubar a igreja, inclusive o Governador Confúcio foi lá há dois anos e disse que já tinha o recurso, foi decretado estado de calamidade pública pela Prefeitura de Porto Velho, infelizmente, voltei agora na Semana Santa depois de dois anos que eu tinha andado lá e continua cada vez numa velocidade maior, já derrubando, uma casa já foi, um prédio comercial, já foram retiradas as pessoas porque está sob condição de cair a qualquer momento e agora a igreja, uma igreja que tem mais de 100 anos está correndo o risco de ser engolida pelo rio Madeira. Acho que precisava, acho importante essa discussão na Audiência Pública e a gente precisa definir aí um mecanismo de um técnico que possa avaliar se é a questão das usinas que está influenciando no desmoronamento aí da questão dos barrancos do rio Madeira.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu seim:, Deputado Cláudio . A questão, Deputado Cláudio, é a seguinte: se nós formos contratar, isso é importante, mas para Audiência Pública não tem como. A gente sabe que sim, que está afetando sim, não tem como, porque o desbarrancando pela natureza, a gente sabe que todo ano vai desbarrancando um pouco, todos os anos, é natural. Mas a gente viu que a diferença causou impacto muito maior do que se dizia, e todo mundo sabe disso, todo mundo sabe disso, que eles construíram uma barragem em cima da outra, que todo estudo que foi feito foi para uma situação. Eles dobraram o impacto de tudo, de como é que chama, de reservatório, dobrou, dobrou, e acabou que é o que eu falei, Deputado. O tratamento desses caras com o Estado de Rondônia, eles tratam Rondônia tão mal, meu amigo, que eles fizeram isso aqui, e pior, senhores, de graça, sem compensar o Estado em nada. Até a bendita transposição, que seria um caminho, até 1991, seria uma das saídas para o nosso Estado começar a melhorar.

O SR. NEODI – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. NEODI – Eu quero encaminhar apenas aqui para que a gente pudesse entrar agora no horário das votações, porque senão depois vai acontecer o que sempre acontece aqui. Nós ficamos discutindo vários assuntos aqui e quando chega no horário de votar, todo mundo vai embora.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Neodi, eu vou começar, eu tenho o maior carinho por todos os meus companheiros Deputados, eu tenho o maior carinho. Agora, principalmente nas terças-feiras, eu vou começar a colocar falta, e não vou aceitar justificativa, o Deputado que vier para cá assinar o ponto e sair antes de terminar a Sessão, eu vou começar a colocar falta, porque não dá para a gente votar projetos aqui, não dá, principalmente nas terças-feiras, terça-feira é o dia exclusivo para a gente se dedicar 100% à nossa Assembleia aqui no nosso Plenário, a nossa Casa aqui. Por isso, eu fico triste quando um colega fica aqui, agoniado, nós temos que discutir mesmo, Deputado Neodi, isso aqui é para nós discutirmos, falar, debater, e não adianta, na terça-feira, na quarta e na quinta-feira, com certeza é menos discussão, e a gente, até para poder liberar os nossos Deputados para outras atividades.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Zequinha.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO – Obrigado Presidente. Eu também fico preocupado, Presidente, nessa questão, eu acho que tem que ter mesmo a nossa Audiência Pública e com muita participação, inclusive. Inclusive o pessoal do Joana D'Arc que querem se mobilizar, estão se mobilizando para fechar a BR ali, porque realmente está atingindo aquele pessoal que tinha uma vida plena, que tinha segurança em si lá. Tinha suas plantações e hoje está morrendo tudo, porque a água está tomando conta por ali, naquela bacia. E eu acho que tem de chamar essas pessoas também, Presidente, para participar, para também deliberar, saber, discutir essa questão. E fica muito temeroso para a população ribeirinha quando está tranquila há mais de trinta, quarenta anos no seu local, de repente um lago aparecendo por baixo de sua casa, desbarrancando, aparecendo água onde não existia, formando lagos, onde não tinha, principalmente em função dessa questão das usinas.

Então, é necessário mesmo, faz sentido, eu acho que temos, e precisamos trazer as autoridades, Presidente, para elas ouvirem o apelo que esta Casa vai fazer. Principalmente a população que vai vir para cá também, temos que dar espaço para a população falar a vontade, para que assim a gente possa saber que nós não estamos dormindo aqui, nós não estamos omissos nas questões das Usinas que estão aí explorando e fazendo o que bem entendem aí, na verdade, denegrindo, inclusive, o nome do Estado de Rondônia. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

A Sessão está suspensa por um minuto.

(Suspende-se esta Sessão às 18 horas e 18 minutos, reabre-se às 18 horas e 19 minutos).

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Está reaberta a Sessão. Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 100/13 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO – Susta o andamento da Ação Penal contra o Deputado Flávio Lemos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Peço para o nosso Deputado Lebrão dar o parecer pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LEBRÃO – Senhor Presidente, senhores Deputados, senhoras Deputadas, público presente. Trata-se do pedido de sustação da Ação Penal nº 0007065/9230138220501, contra o Deputado Flávio Lemos, postulando pelo Partido da República – PR, por meio do Ofício nº 0070, do PR de Rondônia/2012, lido na Sessão Ordinária do dia 28 de fevereiro de 2013. Nos termos do parágrafo 4º do artigo 53 da Constituição Federal, o pedido de sustação deve ser submetido à apreciação do Plenário no prazo

irrevogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora. Considerando que preencheu todas as formalidades constitucionais e apresentados os documentos indispensáveis para que seja conhecido o pedido formulado pelo Partido da República, submetido quanto ao mérito à apreciação soberana do Plenário desta Casa Legislativa, concluso pela Comissão de Constituição e Justiça na forma do Projeto de Decreto Legislativo. O meu parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Lebrão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em discussão e votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 100/13 da Comissão de Constituição e Justiça. Em votação única, precisa de maioria absoluta, no caso 13 votos favoráveis.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- Não
- Deputado Adriano Boiadeiro	- Ausente
- Deputada Ana da 8	- Sim
- Deputado Cláudio Carvalho	- Não
- Deputado Edson Martins	- Ausente
- Deputada Epifânia Barbosa	- Sim
- Deputado Euclides Maciel	- Sim
- Deputado Flávio Lemos	- Ausente
- Deputada Glaucione	- Sim
- Deputado Hermínio Coelho	- Abstenção Regimental.
- Deputado Jaques Testoni	- Sim
- Deputado Jean Oliveira	- Sim
- Deputado Kaká Mendonça	- Ausente
- Deputado Lebrão	- Sim
- Deputado Luiz Cláudio	- Sim
- Deputado Luizinho Goebel	- Sim
- Deputado Marcelino Tenório	- Sim
- Deputado Marcos Donadon	- Ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- Ausente
- Deputado Neodi	- Sim
- Deputado Ribamar Araújo	- Não
- Deputado Saulo Moreira	- Sim
- Deputado Valdivino Tucura	- Sim
- Deputado Zequinha Araújo	- Sim

Encerrada a votação. Com 14 votos favoráveis, 03 contrários, 01 abstenção regimental.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 099/13 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - Susta o andamento da Ação Penal contra a Deputada Ana da Oito.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – No projeto falta o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Peço ao meu companheiro Deputado Lebrão dar o parecer no projeto.

O SR. LEBRÃO – Senhor Presidente, senhores Deputados, senhoras Deputadas, público presente. Trata-se do pedido de sustação da Ação Penal 0013080622011.8.22.0000 contra a Deputada Ana da Oito, pelo Partido Trabalhista Estadual de Rondônia – PT do B, por meio do Ofício 002/PT do B/2013, lido na Sessão Ordinária do dia 27 de fevereiro de 2013. “Nos termos do parágrafo 4º, do artigo 53 da Constituição Federal, o pedido de sustação deve ser submetido à apreciação do Plenário, no prazo improrrogável de 45 dias do seu recebimento pela Mesa Diretora. Considerando que preencheu todas as formalidades constitucionais e apresentados os documentos indispensáveis para que seja reconhecido o pedido formulado pelo Partido Trabalhista do Brasil e submetido quanto ao mérito à apreciação soberana do Plenário desta Casa Legislativa, concluso pela Comissão de Constituição e Justiça na forma do Projeto de Decreto Legislativo”, o meu parecer é favorável, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Lebrão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em discussão e votação única o projeto. Votação nominal. O painel já está à disposição dos nobres Deputados e das companheiras Deputadas.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Adriano Boiadeiro	- ausente
- Deputada Ana da Oito	- ausente
- Deputado Cláudio Carvalho	- não
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- sim
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- abst. reg.l
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Kaká Mendonça	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- não
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Com 14 votos favoráveis, 03 contrários e 01 abstenção regimental, está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 088/12 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM Nº 182. Altera dispositivos da Lei nº 178, de 09 de julho de 1997 e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Organização Administrativa. Solicito à Deputada Glaucione dar o parecer pelas Comissões.

A SRA. GLAUCIONE – Projeto de Lei Complementar nº 088/2012 do Poder Executivo. Altera o dispositivos da Lei nº 178, de 09 de julho de 1997 e dá outras providências. O projeto encontra-se dentro da legalidade, constitucionalidade e regimentabilidade. Portanto, somos de parecer favorável, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputada Glaucione.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Gostaria que alguém que tenha conhecimento fizesse as explicações do referido projeto, o líder do Governo ou o vice-líder, pelo menos dizer de que trata essa lei.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O nosso líder está ausente, o líder do Governo e o vice também. O Governo aqui não precisa de liderança. Para que liderança?

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Sem nenhuma explicação, quero adiantar que vou me abster da votação.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Esse projeto é um projeto simples. É que regulamenta o Conselho Estadual Política Sobre Drogas. É simples. Já é o suficiente, não é?

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – É, pelo menos uma explicação para a gente saber no que está votando. Eu já estou convencido.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Esse daqui, se não tiver utilidade, prejuízo também não dá para o Estado, não. Quando eu falo de utilidade, Deputado Luizinho, porque esses Conselhos são importantes, mas é difícil. Até porque aqui, quando as pessoas querem, elas atropelam os Conselhos. Mas é importante, sim, os Conselhos, mas infelizmente não funcionam. Nomeia, mas depois faz por onde os próprios Conselheiros não atuam, não existe o interesse para que os nossos Conselhos funcionem, Conselheiros participem de todas as discussões, principalmente em outras áreas. Tem áreas importantes aí, o Raimundo Nonato, da Saúde, coitado, vive direto aí dizendo que é contra, mas ele não obedece nada do que o Raimundo Nonato fala. Eles atropelam tudo que o Raimundo Nonato fala.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Uma sugestão. Tratando desse assunto de Conselho Antidrogas e tal, fez-me lembrar da Secretaria SEPAZ. Eu gostaria aqui que a Assembleia fizesse, mas não como de praxe tem feito, de convocar alguns Secretários e aí tornar aquele ambiente, um ambiente que não fica a discussão saudável, não consegue trazer uma discussão, não consegue, quando quer tirar proveito da Audiência com os Secretários. O Secretário vem para cá, existe denúncia, o Secretário não prova porque é mal feita a denúncia. E quando vem para cá fica aquele embrulho.

Então, eu gostaria de convidar, de fazer um convite à Secretária da SEPAZ para ela estar justificando um pouco os trabalhos da Secretaria. Até porque eu quero entender a atuação da SEPAZ, ver no que esta Casa já ajudou a criação da Secretaria e o que a Assembleia pode fazer pela SEPAZ. Porque nós queremos de fato que ela funcione. É muito importante o tema que ela encampa, só que infelizmente nós não estamos vendo o evoluir, o deslanchar da Secretaria como a gente quer e que se espera.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Eu gostaria, nobre Deputado Jean, se o Deputado Jean quisesse fazer um Requerimento solicitando informações dos servidores que estão à disposição da Secretaria, da SEPAZ, mais os comissionados contratados pela SEPAZ e o relatório das ações da SEPAZ desde a sua fundação até o momento, eu apoio a sua iniciativa e assino também, porque eu acho que seria mais prudente primeiro a gente pegar oficialmente as informações para a gente ver se é necessário nós chamarmos a Secretária. Se Vossa Excelência encaminhar o Requerimento, eu apoio sua iniciativa.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu acredito que esse Requerimento pode ser de autoria coletiva. Todos nós aqui, não estamos com intuito de perseguir, não, Presidente. Isso daqui é com intuito de...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Tudo bem, se os Deputados quiserem... Mas é como eu falei para Vossa Excelência, quando nós aprovamos a criação dessa Secretaria, nós já sabíamos que era para isso.

O SR. JEAN OLIVEIRA – As duas últimas não ficou legal.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Jean, Vossa Excelência pode convidar na hora que quiser, companheiro.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Mas eu gostaria, Presidente, o que o Deputado Luizinho fala aqui, esse Requerimento requerendo algumas informações a respeito de quem está lá trabalhando, quanto tempo está trabalhando, o que ela elaborou no período que trabalhou na SEPAZ, e o que a SEPAZ fez na sua existência enquanto Secretaria. Eu concordo, mas eu queria a presença da Secretária aqui, não precisava nem ser no Plenário, podia ser no Plenarinho, podia ser uma coisa mais informal, sem aquela formalidade toda. Eu acho que a gente podia fazer, porque está

me preocupando a atuação da SEPAZ e a sua ideia pode ser coletiva. Todos nós aqui, com certeza, vamos apoiar.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Presidente, Questão de Ordem?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputada.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Eu queria aqui também, eu concordo com o Deputado Jean, como Deputado Luizinho, foi uma Secretaria que foi até difícil, no primeiro momento, o convencimento dos Deputados. Nós, como Vossa Excelência sempre diz, nós demos um voto de confiança porque entendemos que é realmente necessário o Estado de Rondônia combater essa questão do uso abusivo de drogas e da entrada no Estado. Nós autorizamos a contratação de pessoal, veio o orçamento e nós ampliamos o recurso do orçamento para a Secretaria. Eu fui para uma Audiência Pública, eu acho que o Deputado Adelino, Deputado Edson, estivemos lá e foi muito positiva, mas de lá para cá infelizmente a gente não tem conseguido, eu particularmente não tenho conseguido ver resultados, até os convênios que estão propostos a serem feitos com outras entidades até agora não aconteceram, todas as entidades que a gente orientou que procurassem a Secretaria não tiveram nenhum retorno ainda da maneira como foi apresentado o projeto a todos nós. Então, eu queria também colaborar aqui, concordar com o Deputado Jean de que a gente possa obter mais essas informações, não só por documento, mas também com a presença dela, seja na Comissão ou aqui mesmo no Plenarinho para todos nós.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Senhor Presidente, me permita?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Eu tenho a concepção que criar a Secretaria da Paz é jogar dinheiro fora, porque a paz tem que ser encontrada na sociedade por uma boa ação da Secretaria de Segurança Pública, por uma boa ação na Secretaria de Saúde, por uma boa ação de todas as Secretarias, e o resultado disso aí vai ser a paz. Agora, criar uma Secretaria com o intuito de ser criada a paz no Estado, eu já vejo que de forma que jamais vai ser alcançado o objetivo quando se cria uma Secretaria sendo que a soma de tudo seria o objetivo. Por isso eu até tenho curiosidade para saber o tamanho dessa Secretaria, assinaria e assino um pedido de requerimento nesse sentido para saber o tamanho dessa Secretaria, mas de antemão coloco que jamais deveria ter sido criada uma Secretaria de Paz, sendo que a paz tem que ser encontrada através dos esforços de todas as Secretarias.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Só para justificar também aqui uma coisa, que a SEPAZ, a SEPAZ, Presidente...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Só dez segundos, Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, Questão de Ordem, um minuto. Só para falar que a Secretaria da Paz não é para trazer a paz nesse sentido, é a paz no sentido das drogas e que ela tem uma importância porque através de um programa nacional do Governo Federal, que foi esse o motivo da criação, por isso que

nós apoiamos, o Governo Federal estaria fazendo aí um aporte financeiro para os Estados e para os municípios de mais ou menos quatro bilhões e Rondônia estaria entrando, através da SEPAZ, para pegar uma fatia desse recurso para a gente começar a atuar nesse sentido no Estado de Rondônia. Essa é a importância da SEPAZ, essa é a importância. Agora, o que ela está fazendo são outros quinhentos, é outra situação, é para isso que a Assembleia tem que se mobilizar e reagir.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Tudo bem, enganaram; a conversa era outra na hora de criar, agora a prática é diferente.

Em discussão o parecer favorável da Deputada Glaucione. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

O Projeto é de Lei Complementar, é nominal. Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 088/12. Pánel aberto, já está à disposição.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- ausente
- Deputada Ana da Oito	- sim
- Deputado Cláudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- abst.reg.
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Kaká Mendonça	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- ausente
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Encerrada a votação.

Com 15 votos favoráveis, 01 abstenção regimental, está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

O que eu tenho defendido, Deputado Cláudio, Deputada Epifânia, eu tenho dito que o Governo e os municípios, para cuidar dos drogados o Estado tinha que fazer parceria com as igrejas, que já fazem isso sem apoio nenhum do Estado, as igrejas já têm um trabalho na prática que recupera. Eu quero ver este Estado, eu quero ver este Estado, Deputado Ribamar, nos quatro anos de mandato ele recuperar um drogado neste Estado, essa Secretaria de Paz, eu quero ver. Eu desafio este Governo recuperar

um jovem viciado em droga neste Estado, eu desafio, e as Igrejas Evangélicas e Católicas, sem apoio nenhum, têm feito um trabalho, recuperado muita gente aí sem apoio nenhum do Estado. O Estado tinha que criar uma coordenadoria e colocar lá um padre, um pastor para coordenar, ou um padre ou um pastor e fazer parceria com as Igrejas, não precisava criar cargo para um monte de gente para não fazer nada, porque na prática, Deputado Ribamar, não faz. Porque a nossa política da forma que é feita não cuida de velho com dignidade, não cuida dos velhos, não cuida de drogados, Deputado Luizinho, está a prova lá em Vilhena que nós fomos visitar lá, do jeito que é feita a política no Brasil, meu amigo, nós não temos condição de cuidar, tem que ter muito amor para cuidar dessas pessoas e os Estados e os municípios não têm esse amor, não, por isso que teria que fazer essas parcerias com essas entidades para elas fazerem o trabalho do Estado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Ontem, Presidente, eu estive lá no município de Ji-Paraná, conversei com o Bispo D. Bruno e ele me falava de um projeto que tem que a Igreja Católica apresentou ao Governo do Estado para construir o Centro de Recuperação de Dependentes Químicos Mulheres, só mulheres, está lá há mais de um ano, não é, Deputado Euclides, o próprio Bispo falou que o Deputado Euclides está lutando para isso acontecer, faz mais de um ano, trezentos mil reais, o projeto prontinho para ser pago e não foi pago. Aí eu fico pensando, a informação que eu tenho é que a SEPAZ tem mais de cem servidores, nunca eu recebi, nesses quase dois anos de criação dessa Secretaria, a visita de um servidor da SEPAZ para falar alguma coisa de melhoria para o Estado na questão social e aí se a gente for calcular o que esses servidores custam por mês, eles custam mais do que a ajuda que essa comunidade da Igreja Católica precisa lá em Ji-Paraná, que é trezentos mil reais, cem servidores hoje, com certeza, custam mais de trezentos mil reais por mês.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Questão de Ordem. Eu não queria nem interferir...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Quantos funcionários essa Secretaria tem?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Mais de cem, pela informação que eu tenho.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Não, acho que não, pelo que me informaram.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Os CDS foram aumentados, deve dar mais de trezentos mil o custo dela mensal. Em Rondônia nós lideramos, só lidera coisa ruim, vamos liderar mais um que é o Estado que mais tem cargo comissionado. Infelizmente tudo que nós lideramos é negativo.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 090/12 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM 184,

cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, estabelece normas de composição, competência, funcionamento, e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Esse aqui cria o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, estabelece normas de composição, competência, funcionamento, e dá outras providências. Solicito à Deputada Glaucione dar o parecer pelas Comissões.

A SRA. GLAUCIONE – Senhores Deputados, trata-se do Projeto de Lei Complementar nº 090/2012, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 184, que cria, Deputado Cláudio, mais um Conselho, cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, estabelece normas de composição, competência, funcionamento, e dá outras providências. Está dentro da legalidade, dentro da regimentabilidade, dentro da constitucionalidade, e, portanto, somos de parecer favorável, com emenda.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável da Deputada Glaucione. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 090/12 do Poder Executivo. Votação nominal, o painel já está à disposição dos nobres Deputados e Deputadas.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- ausente
- Deputada Ana da Oito	- sim
- Deputado Cláudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- abst. reg.
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

Votação encerrada.

Com 15 votos favoráveis e 01 abstenção regimental, está aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 116/13 DO TRIBUNAL DE CONTAS – OFÍCIO Nº 137/2013. Acrescenta o art. 78-A a Lei Complementar nº 154, de 26 de julho de 1996.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer das Comissões, peço ao Deputado Euclides para dar o parecer ao Projeto.

O SR. EUCLIDES MACIEL – O Projeto de Lei Complementar nº 116/13 do Tribunal de Contas do Estado, acrescentando o artigo à Lei Complementar nº 154. Nosso parecer aqui é favorável pela legalidade aqui desse Projeto, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Todos os Projetos que chegam aqui à Assembleia, todos são postados no site, estão disponibilizados no site da Assembleia, no Portal da Assembleia, todos os Projetos.

Em discussão o parecer favorável do nobre Deputado Euclides. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer. Aqui é um Projeto do Tribunal de Contas.

Em 1ª discussão e votação o Projeto. Votação nominal, o painel já está à disposição.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Adriano Boiadeiro	- ausente
- Deputada Ana da Oito	- sim
- Deputado Claudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputada Epifânia Barbosa	- ausente
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- abst. reg.
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Votação encerrada. Com 14 votos favoráveis 01 abstenção regimental. *Está aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.*

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, uma Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Registro a presença aqui do Presidente da Câmara de Chupinguaia, Vereador Roberto Pinto, agradecer Vereador pela recepção que tivemos lá na sua cidade, na Câmara de Vereadores, e Vossa Excelência e demais Vereadores. Registro aqui também pela luta do Presidente dos demais Pares da Câmara de Vereadores de Chupinguaia, acabaram tendo algumas conquistas importantes para o município na reunião que o Presidente Hermínio e o Deputado Luizinho estiveram presentes.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Próxima matéria, senhor secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 095/12 DO DEPUTADO JESUALDO PIRES, concede Título de Honra ao Mérito ao Senhor José Milton de Andrade Rios.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer das Comissões. Peço ao Deputado, meu companheiro líder Jaques Testoni, dar o parecer no Projeto.

O SR. JAQUES TESTONI – Senhor Presidente, Senhores Deputados. Projeto de Decreto Legislativo nº 095/12 de autoria do Deputado Jesualdo Pires, que concede Título de Honra ao Mérito ao Senhor José Milton de Andrade Rios, é um Projeto que está dentro da legalidade, constitucionalidade, parabenizo-o por essa iniciativa e dou parecer favorável nas Comissões, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Jaques Testoni. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em discussão e votação única o Projeto de Decreto Legislativo nº 095/12 do Deputado Jesualdo Pires, que concede Título de Honra ao Mérito ao Senhor José Milton de Andrade Rios. Votação nominal. O painel já está à disposição.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Adriano Boiadeiro	- ausente
- Deputada Ana da Oito	- sim
- Deputado Claudio Carvalho	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputada Epifânia Barbosa	- sim
- Deputado Euclides Maciel	- sim
- Deputado Flávio Lemos	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim

- Deputado Hermínio Coelho	- abst. reg.
- Deputado Jaques Testoni	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Kaká Mendonça	- ausente
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luiz Cláudio	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Neodi	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Valdivino Tucura	- sim
- Deputado Zequinha Araújo	- sim

É um Título de Honra ao Mérito aqui ao José Milton de Andrade Rios, é uma Proposição do Deputado Jesualdo Pires, hoje Prefeito de Ji-Paraná. O companheiro Jesualdo está fazendo um grande trabalho lá, eu acho que ele vai se destacar ali, Deputada Glaucione, não vai, Deputado Euclides, o Jesualdo? Acho que ele vai ser um bom prefeito ali.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Assim eu espero. Mas acredito, viu, Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Votação encerrada. Com 17 votos favoráveis, 01 abstenção.
Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 075/13 DA MESA DIRETORA, altera e acrescenta dispositivos à Resolução nº 221, de 20 de junho de 2012.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer das Comissões. Peço para o Deputado Euclides Maciel dar o parecer pelas Comissões.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Senhor Presidente, o nosso parecer desse Projeto Resolutivo da Mesa Diretora, o nosso parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Aqui nós estamos só regulamentando algumas questões aqui, por exemplo, o servidor, Deputado Neodi, aqui nós estamos corrigindo com relação às diárias, por exemplo, saem dois servidores digamos para Brasília, aqui da Assembleia, aí um tem curso superior e o outro não tem curso superior, aí o servidor que tem o curso superior, ele tem dobrado a diária com relação ao outro, aí nós estamos corrigindo, e igualando, é igual, porque você trabalhar e você ter um curso superior e receber uma gratificação a mais porque você tem curso superior, qualificou mais a mão de obra, tudo bem. Agora, você ir para o mesmo hotel, comer a mesma comida do mesmo restaurante, é brincadeira. Aí nós estamos corrigindo.

Em discussão o parecer favorável do Deputado Euclides Maciel. Em votação. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Falar em diária aqui, eu estou vendo, quero pedir para os Deputados, se Vossas Excelências quiserem usar a palavra, peçam uma Questão de Ordem, não dá para todo mundo falar ao mesmo tempo. Aqui, falar em diária, eu estou vendo aqui o meu Presidente da Câmara lá de Chupinguaia, Roberto, os sites lá da região do Cone Sul bombardearam o Roberto, dizendo que isso é uma farra das diárias. Dizendo que o nosso Presidente e os Vereadores lá de Chupinguaia estavam fazendo a farra das diárias. Uma diária lá do Vereador é cento e oitenta reais. Um Vereador lá ganha mais ou menos três mil reais por mês e mais nada, aí eles querem que os Vereadores venham para cá, vá para Brasília, corra atrás dos problemas importantes do município, porque aqui ele vem, o Presidente e os Vereadores de Chupinguaia vêm comigo, já levou ambulância, já levou emenda, ônibus para os estudantes lá. Aí quer que eles banquem, Deputado Ribamar, do salário, esse site deve querer que os Vereadores banquem do salário de três mil reais por mês, Deputado Tucura. Aí é como eu falei para Vossa Excelência, primeiro por que foi que descobriram que tinha as diárias? Porque o Presidente colocou um portal da transparência lá na Câmara de Chupinguaia, entendeu, Deputado Jean? Aí vêm alguns sites querendo o quê desses companheiros Vereadores lá de Chupinguaia? Vir com esse tipo de coisa. Eu queria dizer, Presidente, que até que prove o contrário, por isso aí, eu tenho certeza que a gente vai ajudar para que pessoas que nem o senhor e outros Vereadores lá de Chupinguaia não venham cair na vala comum por causa de uma diária, porque é brincadeira Vossas Excelências virem lá de Chupinguaia para cá ainda bancando do salário pequeno que um Vereador de Chupinguaia ganha.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu queria reforçar o que Vossa Excelência está falando, que nós temos muitos Vereadores no Estado de Rondônia que já levaram para os seus municípios uma diferença enorme daquilo que ele ganhou de salário, daquilo que ele ganhou de diária. Ele levou cerca de 20, 30, 40, 50 vezes o valor que ele recebe durante o mandato, muitas vezes nesse comecinho de mandato aí que tem 04 meses de mandato o Vereador, nós temos Vereador levando já quinhentos mil de emendas para município, tanto com emenda estadual, quanto federal. Então, muitas vezes não existe um bom senso de se preocupar com o político em prestar atenção se essa diária que ele está tirando, se ela está sendo revestida em benefício que é que muitas vezes essas diárias todas para Porto Velho, para Brasília vêm em troca de benefícios para o município.

Então, fica aqui o reforço naquilo que o senhor falou e isso não só em Chupinguaia, em vários municípios existe essa desconfiança da vinda do Vereador para Porto Velho, para Brasília, quando muitas vezes só é trabalho, é benefício para o município, é luta, busca, discussão, não é fácil liberar uma emenda em Rondônia, imagine em Brasília. Então, eu quero somar com esses Vereadores e parabenizá-los pelo trabalho deles.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu queria dizer para o Roberto, hoje eu estive com a Secretária de Educação, ontem nós estivemos lá no Tribunal de Contas com relação aos ares-

condicionados, estivemos ontem no Tribunal de Contas, inclusive nós estamos marcando, nós estamos pedindo uma audiência com a Juíza ou Juiz, foram comprados uns ares-condicionados, parece que no Governo Cassol ainda, foram comprados uns ares-condicionados para instalarem na escola, na Escola Estadual lá de Chupinguaia e tem outras escolas no Estado na mesma situação. O que foi que houve? O que foi que houve? Foi descoberto, parece que descobriram uns rolos lá, parece que superfaturamento dos ares-condicionados. Aí o que foi que fizeram? Os ares-condicionados, Deputada Glaucione, já tinham sido comprados e entregues, Deputado Edson, aí está lá, está lá no depósito, os alunos todos no calor lá na escola e os ares-condicionados parados lá no depósito. E o que é que eu estou pedindo? O que a gente quer? Inclusive os Vereadores já vieram aqui pedir para que a gente ajudasse nessa questão. É pedir, meu amigo, instale os ares-condicionados e nada impede da Justiça continuar a investigação e punir quem cometeu crime ou algum erro no processo, não pode é o povo ficar lá sem o ar-condicionado e os ares-condicionados estragando da forma que estão. E também falar, Deputado Jean, Deputado Marcelino, nós estivemos, o Deputado Luizinho estava comigo em alguns municípios lá do Cone Sul, nós estivemos em Corumbiara, estivemos em Cerejeiras, estivemos em Colorado, estivemos em Chupinguaia, estivemos em Vilhena, meu amigo, a luta dos Vereadores, Deputado Tucura, dos nossos Vereadores e dos Prefeitos, correndo atrás, o Prefeito de Colorado me contou uma história lá, aquele baixinho que parece um pouco com o Cassol, o jeitinho dele falar, gente boa, trabalhador, o Prefeito Anedino, parece com o Cassol o jeitinho dele, a fala, o Anedino é gente boa, o Cassol também não tenho nada tão contra. Aí só contar rapidinho, Deputado Ribamar, uma historinha do Anedinho, Deputada Epifânia, o Anedino disse que estava aqui em Porto Velho, aí estava lá na Secretaria não sei de que do Estado aqui, aí viu uma ambulância, viu uma ambulância lá parada, aí ele chegou e falou: o quê que tem naquela ambulância? "Não, está um ano parada, deu problema na bateria e está aí um ano encostada lá". Ele disse: "você podiam me dar essa ambulância para mim, eu sou o Prefeito de Colorado". Não, tudo bem, arruma a bateria e pode levar. Ele comprou a bateria, chegou lá instalou, ele mesmo, Deputado Adelino, disse que a ambulância estava de tanque cheio; há um ano parada e de tanque cheio; a passagem de avião ele cancelou e foi dirigindo a ambulância até Colorado. O prefeitinho falando, ele até contando quando o trânsito estava meio doido, ele ligava a sirene lá e saía. Aí, é como eu falei para Vossa Excelência, a gente vê a luta dos Prefeitos lá e numa situação, tudo liso os coitados dos Prefeitos, todos sem dinheiro, os municípios com muitos problemas e pouco dinheiro e o Estado e a União não têm praticamente nada para ajudar os municípios.

Em discussão o projeto. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Antes, por uma Questão de Ordem, Senhor Presidente, registro a presença aqui do Vereador Serginho; do ex-Vereador Marcos lá de Costa Marques, acompanhados com as suas esposas. Sejam todos bem-vindos.

PROJETO DE LEI Nº 739/13 DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 008, dispõe sobre a Gestão Democrática na Rede

Pública Estadual de Ensino de Rondônia e dá outras providências. *Com substitutivo*, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O Projeto de Lei nº 739/13 falta o parecer das comissões. Peço aqui ao Deputado Adelino dar o parecer ao projeto com substitutivo. Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto do Executivo, Mensagem nº 008, é o Projeto de Lei nº 739/13, dispõe sobre a Gestão Democrática na Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia e dá outras providências. Já teve uma Audiência Pública, foi bem discutido, eu faço parte da Comissão de Educação junto com a Deputada Epifânia e foi discutido, inclusive com o Executivo aqui nesta Casa, nesta Audiência Pública e foi aprovado com substitutivo de autoria da própria Comissão. *Sou favorável com o substitutivo.*

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável ao projeto com substitutivo do Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em 1ª discussão e votação o projeto. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI nº 789/13 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 039, altera a denominação das Olimpíadas Escolares de Rondônia, revoga a Lei nº 2.759, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Esporte, Turismo e Lazer. Solicito à Deputada Epifânia dar o parecer no projeto.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Projeto de Lei nº 789/13, altera denominação das Olimpíadas Escolares de Rondônia, revoga a Lei nº 2.759, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Senhor Presidente, nós somos aqui de parecer favorável a este projeto do Poder Executivo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável da nobre Deputada Epifânia. Não havendo ninguém para discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 789/13 do Poder Executivo. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 793/13 DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM 044, autoriza o Poder Executivo a proceder à contratação de profissionais na área da Saúde por tempo determinado, para as Unidades de Saúde

pertencentes ao Poder Público Estadual para atender a necessidade temporária e excepcional interesse público.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer das Comissões e peço para o meu líder Jacques Testoni dar o parecer no projeto.

O SR. JAKUES TESTONI – Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Projeto de Lei nº 793/13 do Poder Executivo/Mensagem 044, que autoriza o Poder Executivo a proceder à contratação de profissionais na área de Saúde por tempo determinado para as Unidades de Saúde pertencentes ao Poder Público Estadual para atender a necessidade temporária e excepcional interesse público. É um projeto que está dentro da constitucionalidade, regimentabilidade, legalidade, o nosso parecer pelas Comissões é favorável, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Jaques Testoni. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em 1ª discussão e votação o projeto. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI Nº 626/12 DO DEPUTADO EUCLIDES MACIEL E DEPUTADO HERMÍNIO COELHO, revoga dispositivos da Lei nº 2.538, de 11 de agosto de 2011.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer das Comissões. Peço aqui ao nobre Deputado Adelino Follador dar o parecer pelas Comissões.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Revoga dispositivos da Lei nº 2.538, de 11 de agosto de 2011, autores Deputado Euclides Maciel e Deputado Hermínio Coelho, nós também assinamos esse projeto, achamos muito importante, já que a isenção das usinas já foram derrubadas na Justiça, eles recorreram, mas nós estamos fazendo a nossa parte, contribuindo para que o Estado de Rondônia arrecade esse recurso. Então, somos de parecer favorável, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Adelino Follador. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em 1ª discussão e votação o Projeto nº 626/12. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 804/13 PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 056, autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadação até o montante de R\$ 61.463.340,52 em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado da Educação – SEDUC.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer das Comissões. Peço ao Deputado Saulo dar o parecer aqui no projeto pelas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento.

O SR. SAULO MOREIRA – Senhor Presidente, Senhores Deputados, esse Projeto de Lei é o da Mensagem nº 056 que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação até o montante de R\$ 61.463.340,52, à Secretaria de Educação, inclusive nesses últimos dias a Secretária de Educação esteve aqui nesta Casa expondo a atuação da Secretaria de Educação do Estado. E nesse projeto aqui, Senhor Presidente, estão envolvidos aqui vários interesses da Secretaria de Educação como, por exemplo, merenda escolar para os alunos e também a questão de convênio de algum transporte escolar em vários municípios do Estado de Rondônia. E dentre eles também está dependendo da aprovação desse projeto para firmar um convênio de transporte escolar com os alunos da INFRO lá no município de Ariquemes, que é o Instituto Federal de Rondônia. Diante da legalidade do processo, o meu parecer é favorável.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu queria só dizer, Deputada Glaucione, que mesmo a gente tendo as nossas críticas à Secretaria de Educação, vários Deputados têm feito críticas duras, mas tem que ver, esses projetos chegaram agora, Deputado Neodi, e está a prova que nós, a forma que a gente trabalha, sabe, estamos aprovando rapidamente, ela pediu, veio aqui hoje, pediu urgência e a gente está aprovando, mostra a forma que a gente trabalha, a lisura que a gente trabalha, sabe Glaucione.

Em discussão o parecer favorável do Deputado Saulo Moreira. Não havendo quem queira discutir o parecer, em votação. Os Deputados favoráveis à aprovação do parecer permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 804/13 do Poder Executivo. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

O SR. SAULO MOREIRA – Questão de Ordem, Senhor Presidente? Registro a presença do nosso amigo que já foi Deputado Federal aqui pelo Estado de Rondônia, Oscar Andrade, que está aqui no Plenário desta Casa, cumprimento o nosso ex-Deputado federal, como também cumprimento as demais autoridades que estão aqui no Plenário, mas, em especial, aqui o Oscar Andrade que já foi nosso Deputado federal por Rondônia.

O SR. NEODI – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Neodi.

O SR. NEODI – Eu não tinha visto meu amigo, meu irmão Oscar de Andrade aqui, grande parceiro, fui Prefeito de Machadinho graças ao Oscar de Andrade, e tem muitas coisas edificadas naquela cidade como asfalto, energia, maquinário, Deputado Hermínio, que o Deputado Oscar de Andrade levou para Machadinho. Mas foi o único Deputado também que conseguiu, Deputado Federal, fazer 65% dos votos para Deputado Federal em Machadinho, foi o Deputado Oscar de Andrade. Um grande parceiro, pena que pessoas iguais ao Oscar abandonam a política. Eu estava conversando hoje com uma pessoa importante, eu dizia que se continuar a política da forma que alguns órgãos levam hoje, pessoas de bem vão começar a abandonar a política, e o Oscar fez isso, e a gente lamenta ter perdido um Deputado, um político da qualidade do Oscar de Andrade. E aproveitando também a presença do Santana que está acompanhando aí o Oscar de Andrade, o J. Santana que é um grande apresentador de televisão, um grande defensor também do povo do Estado de Rondônia. Seja bem-vindo Oscar, obrigado aí, obrigado ao Santana.

O SR. FLÁVIO LEMOS – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. HERMINIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Flávio.

O SR. FLÁVIO LEMOS – Estou vendo ali o 4040, Deputado Oscar, mas ele está mais para o Papai Noel do que Deputado Federal, já está fazendo estágio para Papai Noel. Um abraço, um companheiro nosso do PR, um amigo particular, é um prazer estar aqui na nossa Casa, seja bem-vindo.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Com certeza, o Oscar Andrade, o Santana, lembrar o tempo Santana, lá em Ariquemes, você tinha uma discoteca lá em 1978, 1979, o Santana hoje é um grande empresário lá em Jaru e também Oscar Andrade um grande companheiro Deputado Federal, estivemos fazendo campanha juntos. Então, para nós é uma alegria, uma satisfação está aqui registrando a presença de duas pessoas importantes. O Santana, nós conhecemos desde que chegamos a Ariquemes, Jaru também, e o Oscar, então nem se fala, um grande empresário e um grande político também como Deputado Federal.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado Euclides.

O SR. EUCLIDES MACIEL – Eu quero agradecer também e registrar a presença do meu amigo Santana, companheiro de televisão, trabalhamos juntos em canais diferentes, mas é um grande companheiro da comunicação, o homem da panela de Ariquemes, de Jaru, de Ji-Paraná, toda família em Vilhena, enfim, graças a Deus que ele veio para Jaru e Ji-Paraná também agradece. E registrar também e abraçar o Oscar Andrade, um abraço também

ao Deputado Federal Oscar Andrade, que tantos benefícios trouxe para Ji-Paraná.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Senhor Presidente, uma Questão de Ordem.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não Deputado Cláudio.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Queria cumprimentar os Vereadores de Alto Alegre dos Parecis; Vereadora Marlene do PTN; Vereador Jeferson do PSDB; Vereador Reinaldo do PSB e Vereador Eloi do PDT. Também cumprimentar o ex-Deputado Oscar Andrade, Presidente Hermínio, as lembranças que a gente tem do Oscar Andrade, tanto eu como Vossa Excelência, quando fomos do Movimento Sindical e o Oscar em sentido oposto era Presidente do Sindicato das Empresas e nós dos Trabalhadores. Então, travamos uma grande luta para a melhoria dos salários dos trabalhadores, mas sempre com muito respeito de ambas as partes com Oscar Andrade. Por isso, deixo aqui um abraço ao ex-Deputado Oscar Andrade me fica na cabeça essa lembrança da época do Movimento Sindical. Também cumprimento o motorista Raimundo Nonato, motorista de ônibus que se encontra aqui no Plenário.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu queria dizer que eu já fiz tanta raiva para este Oscar, Deputado Neodi, que ele tinha vontade de me matar. Ele tinha uma empresa aqui em Porto Velho com 150 ônibus, Deputado Luiz, e ninguém nunca tinha parado a empresa dele. Aliás, todo Presidente do sindicato que entrava naquele sindicato, o Oscar Andrade calava ele ligeiro. Aí nós assumimos lá o Sindicato, nós paramos a empresa do Oscar por trinta dias sem rodar um ônibus, trinta dias sem rodar um ônibus. Nós tivemos muitos pegadas, discussão, mas graças a Deus ele sempre me respeitou e eu sempre respeitei ele. E hoje eu tenho pelo Oscar um carinho muito grande e uma amizade muito grande com nosso companheiro, nosso amigo Oscar Andrade, eu admiro, admiro demais esse mineiro, e ele fala, ele tem um carinho assim muito grande com o Deputado Neodi, com muitos Deputados aqui. E quem conhece o Oscar, tem esse carinho com Oscar, que ele é uma pessoa sangue bom, uma pessoa decente e que faz falta mesmo, Oscar, na política. Eu lembro quando o Oscar era Deputado Federal, um dia ele me encontrou e disse: “Hermínio, eu jogo uma emenda nos municípios, eu jogo emenda nos municípios, quando chego lá que vou visitar o município que eu coloquei a emenda, cheguei lá, o Prefeito já vem com pacotinho de dinheiro para me dar”. O Oscar me falou isso. Parece que para conseguir emendas com o Deputado Federal ou Senador na grande maioria tinha que... aí Oscar colocava e nunca cobrou nada disso. Por isso, Oscar, eu admiro, aquilo ali eu passei a lhe admirar quando você me contava aquelas histórias, que eu era sindicalista e você era Deputado e já era político, mas continuava dirigindo a empresa e você contava as presepadas às vezes da política e por isso você saiu, porque se a política nossa fosse uma política que respeitasse, fosse mais correta, Oscar, com certeza você não tinha saído da política, você saiu, foi daqueles que se decepcionou muito com a política. E eu não saio porque eu sou teimoso, mas decepcionar, eu me decepciono

todos os dias. Mas eu tenho dito, eu falava para um amigo meu, amigo não, Odair Cordeiro, eu nem trato Odair Cordeiro que já morreu como meu amigo. Mas um dia, eu sempre reclamava que ser Vereador era difícil e tal. E ele falou: "Então porque você não renuncia." Ele era doido que eu voltasse para juquirá. Aí, eu falei: "Odair, sabe por que eu não renuncio? Porque é melhor do que cavar poço."

De qualquer forma, não é fácil ser Vereador, mas é melhor, Deputado Tucura, do que cavar poço. Aí estou aqui, mas não é fácil, Deputado Neodi, a decepção na política, não precisa esse jogo bruto da política, meu amigo, ele está levando todo mundo, ninguém ganha isso, a política, o republicano da política é ótimo para todo mundo, fazer política de forma republicana.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mudando de assunto, mais uma vez Rondônia está no *Jornal Nacional*. Acabou de sair agora à prisão do Roberto Sobrinho em nível nacional, no *Jornal Nacional* acabou de sair: "Roberto Sobrinho preso", em nível nacional. É mais uma difamação da política em Rondônia, a gente lamenta muito, o pessoal me ligando aqui que estão assistindo agora em nível nacional mais um escândalo em Rondônia, isso é muito ruim para nós, para a classe política.

A SRA. ANA DA OITO – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não.

A SRA. ANA DA OITO – Quero agradecer ao Oscar Andrade, até hoje, Deputado Cláudio, tem uns ônibus que ele doou da empresa dele para a Prefeitura de Nova Mamoré, até hoje tem as relíquias lá e funcionam. Quero agradecer a ele, viu, Oscar, obrigada, Nova Mamoré até hoje tem sua lembrança. Obrigada.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 805/13 DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 057, autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro até o montante de R\$ 29.647.876,96 em favor da unidade orçamentária Secretaria da Educação – SEDUC.

O SR. EDSON MARTINS – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. EDSON MARTINS – Só queria registrar a presença da Vereadora de Alto Alegre dos Parecis, a Vereadora Marlene e o vice-Prefeito Juvenil, estão presentes aqui na galeria da Casa prestigiando os trabalhos. Muito obrigado, Vereadora e vice-Prefeito de Alto Alegre dos Parecis.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer das Comissões. Peço aqui para o Deputado Jean dar o parecer.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente, Projeto de Lei nº 805/13 – Mensagem 057, autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$ 29.647.876,96 em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado da Educação – SEDUC.

O Projeto foi protocolado na Presidência no dia 25, esse projeto entrou em expediente aqui no dia 25 de março, então, nós temos menos de 15 dias com esse projeto na Casa. Esse projeto, ele não tramitou na Comissão de Constituição e Justiça nem na de Finanças e Orçamento, Deputado Neodi, Vossa Excelência que é o Presidente da nossa Comissão, e eu como vice. Mas eu quero aqui, Presidente, fazer jus à demonstração pura e verdadeira de que esta Casa está somando para que a Educação seja um sucesso. Nós tivemos agora há pouco sessenta e um milhões e algumas cifras de suplementação para a SEDUC, agora mais vinte e nove e algumas cifras, nós chegamos, aí, a aproximadamente mais de oitenta milhões de reais, mais de oitenta milhões. E eu vou dar o parecer favorável em cima disso aqui, apesar de não ter conhecimento total desse volume aqui, eu estou dando o Parecer favorável porque sou de acordo com aquilo que a Educação precisa.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Jean. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em 1ª discussão e votação o Projeto. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o Projeto. Vai a 2ª discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 807/13 DO PODER EXECUTIVO, MENSAGEM 060, que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro até o montante de R\$ 12.468.309,72, em favor da Unidade Orçamentária Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o Parecer das Comissões de Constituição Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em 1ª discussão e votação o Projeto. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o Projeto. Vai a 2ª discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 826/13 AUTORIA COLETIVA, revoga a Lei nº 2.905, de 03 e dezembro de 2012.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer das Comissões. Solicito ao Deputado Adelino dar o parecer pelas Comissões.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei nº 826/13 que revoga a Lei nº 2.905, de 03 de dezembro de 2012, que autoriza

o Departamento de Trânsito – DETRAN, transferir recursos financeiros ao Poder Executivo de forma que especifica. Presidente, nós somos de parecer favorável, está subscrito aqui por quase todos os Deputados, nós somos de parecer favorável.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino. Em discussão o parecer favorável do Deputado Adelino. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em 1ª discussão e votação o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 827/13 DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO, altera e revoga dispositivos da Lei nº 2.851, de 24 de setembro de 2012.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Solicito ao Deputado Lebrão que emita o parecer.

O SR. LEBRÃO – Senhor Presidente, senhores Deputados, trata-se do Projeto nº 827/13 do Deputado Hermínio Coelho, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 2.851, de 24 de setembro de 2012. Tem amparo regimental e constitucional, portanto, o meu parecer é favorável, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Lebrão. Em discussão o parecer favorável do Deputado Lebrão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Questão e Ordem, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não, Deputada Epifânia.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Para discutir qual o conteúdo da alteração, tem o artigo, mas do que se trata?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Altera e revoga dispositivos da Lei nº 2.851, de 24 de setembro de 2012.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Aquele que obrigava o DETRAN a passar o recurso para o Estado, já que revogamos a outra Lei dos 25% e esses 25% eram repassados para o Governo, esse aqui está suspendendo o repasse.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Suspendendo o repasse?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não. O que foi que o Estado fez? Inclusive é inconstitucional, o Estado não pode tirar dinheiro do DETRAN como essa Lei que eles fizeram era o quê?

Era obrigando o DETRAN, 20% da arrecadação do DETRAN ir para o caixa único do Estado. E nós votamos e aprovamos. O que foi que o Estado fez? Para compensar o DETRAN mandou aquela Lei para nós aumentarmos as taxas em 25%, para compensar isso aqui. Nós revogamos os 25% e agora estamos revogando a Lei que obriga o Estado a repassar.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Entendi. Obrigada, Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Deputado Lebrão deu o parecer favorável. Em discussão o parecer favorável do Deputado Lebrão. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

ia: Em 1ª discussão e votação o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 828/13 DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 2.684, de 17 de fevereiro de 2012.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – No Projeto falta o parecer. Vou pedir ao Deputado Lebrão dar o parecer.

O SR. LEBRÃO – Senhor Presidente, senhores Deputados, Projeto de Lei nº 828/12, o Deputado Hermínio Coelho é o autor, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 2.684, de 17 de fevereiro de 2012. Esse Projeto também tem o amparo constitucional e regimental, portanto, o meu parecer é favorável, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Lebrão. Não havendo Deputados para discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em 1ª discussão e votação o Projeto. Esse Projeto aqui, Deputada Epifânia, meus companheiros e companheiras Deputadas, é sobre os empréstimos que nós autorizamos o Estado a fazer e que demos carta branca para ele, que nós demos carta branca para ele fazer o que bem entende, mas não foi isso, eles chegaram, eles vieram aqui à época, “olha, os empréstimos é pra construir isso, construir aquilo, inclusive nas bases dos Deputados tal e tal...” E estão pegando dinheiro lá para fazer o que não foi dito aqui. Aqui é só para obrigar qualquer mudança que eles forem fazer no projeto original eles têm que mandar para a Assembleia.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 832/13 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM nº 072, prorroga o prazo

para adesão ao Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública Estadual – REFAZ-V, instituído pela Lei nº 2.840, de 03 de setembro de 2012.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Falta o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Peço ao Deputado Jean para emitir o parecer.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente, o Projeto de Lei que tem importância nº 832/2013, “prorroga o prazo para adesão ao Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública Estadual – REFAZ-V, instituído pela Lei nº 2.840, de 03 de setembro de 2012”.

Isso aqui, Presidente, é uma Lei que prorroga por mais 90 dias o REFAZ que já foi aprovado por esta Casa em 2012. Então, isso aqui está dando mais tempo aos empresários que não tiveram tempo de se adequar a se introduzirem no Programa do REFAZ. Sou de parecer favorável.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Jean. Em discussão o parecer favorável do Deputado Jean. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em 1ª discussão e votação o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 833/13 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM Nº 073, prorroga o prazo para adesão ao Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública Estadual relacionados com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, REFAZ – IPVA, instituído pela Lei nº 2.926, de 19 de dezembro de 2012.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – No Projeto falta parecer das Comissões de Constituição, Justiça, Finanças e Orçamento. Solicito do Deputado Jean dar o parecer pelas Comissões.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente, o Projeto de Lei nº 833/13, do Poder Executivo/Mensagem nº 73, prorroga o prazo para adesão ao Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública Estadual, relacionados com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, REFAZ – IPVA, instituído pela Lei nº 2.926, de 19 de dezembro de 2012.

Quero aqui, Presidente, dizer que esse projeto foi um projeto muito interessante, cabível para o povo do Estado de Rondônia, principalmente, para aqueles do interior da localidade da área rural que têm dificuldade de acompanhar os vencimentos dos seus IPVA's e muitas vezes deixaram ao longo do tempo atrasado. Esse é o mesmo do REFAZ do ICMS, só que é do REFAZ/IPVA, com uma diferença, o IPVA não necessita do colegiado do CONFAZ, não necessita, então o Estado pode legislar com tranquilidade sobre o REFAZ do IPVA, só teve uma coisa na Lei do IPVA que não é essa Lei, essa Lei é de prorrogação, não justifica

o que vou falar agora essa Lei. Só que eu queria deixar só uma ressalva e uma tristeza, no artigo 6º, Presidente, o artigo 6º dessa Lei que nós estamos prorrogando, o artigo 6º, escute bem: “Em relação aos débitos quitados com os benefícios previstos nesta Lei, os honorários advocatícios decorrerão de cobranças da dívida ativa tributária, serão aplicados sobre o valor final do débito consolidado, após aplicação das reduções previstas nessa Lei e poderão ser parceladas na mesma quantia de parcelas do parcelamento.” Senhor Presidente, escute bem, “do parcelamento do crédito tributário”.

Isso aqui, isso aqui é a mesma coisa de você dar um presente para o cidadão, mas deixar ali uma arapuquinha, porque essas cobranças dos advogados são muitas vezes valores percentuais em cima da dívida do montante. Então, você vai dar um desconto de juros e mora que o Estado tem, mas, em troca, você vai permanecer ali, muitas vezes, uma ação da PGE, um negócio, um valor que muitas vezes a gente nem sabe para onde vão esses valores todos. Então, foi um erro esta Casa não ter revogado o artigo 6º, fica aqui nos Anais da Casa a minha reivindicação. Mas meu parecer favorável para a continuação desse Programa.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Jean. Em discussão o parecer favorável do Deputado Jean. Não há ninguém quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis ao parecer do Deputado Jean permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em 1ª discussão e votação o Projeto. Os Deputados favoráveis à aprovação permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o Projeto. Vai a 2ª discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos do artigo 199 do Regimento Interno, seja dispensado interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação dos Projetos de Lei: 088/12, 090/12, 116/13, 626/12, 739/13, 783/13, 789/13, 793/13, 804/13, 805/13, 807/13, 826/13, 827/13, 828/13, 832/13 e 833/13.

(Às 19 horas e 42 minutos o Sr. Hermínio Coelho passa a Presidência ao Sr. Euclides Maciel)

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Em discussão e votação os Requerimentos do Deputado Lebrão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Aprovado.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há mais matérias, Senhor Presidente.

O SR. EUCLIDES MACIEL (Presidente) – Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão convoco Sessão Extraordinária para em seguida,

com a finalidade de apreciar em 2ª discussão e votação as matérias aprovadas nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 43 minutos)

ASSESSORIA DA MESA

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

INDICAÇÃO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO - PRP -

Reiterar a necessidade da reforma nas instalações físicas da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Aurélio Buarque de Holanda do município de Ouro Preto do Oeste.

O Parlamentar que este subscreve, indica na forma regimental, ao Poder Executivo, com cópia para a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, a necessidade de uma reforma urgente nas instalações físicas da Escola de Ensino Fundamental e Médio Aurélio Buarque de Holanda do município de Ouro Preto do Oeste.

JUSTIFICATIVA

A urgência desta indicação é justificável pois a Escola Estadual Aurélio Buarque é uma das maiores, e mais importante centro de ensino público de Ouro Preto do Oeste. No entanto, suas instalações hoje já são insuficientes para abrigar toda a clientela escolar como também os professores e trabalhadores, sendo necessário urgentemente de uma reforma das instalações elétricas, com a substituição de um transformador de 75 KVA por um de 150 KVA, a construção de um refeitório, construção de uma base de sustentação para a caixa d'água, construção de um espaço alternativo para os alunos do Projeto Mais Educação, climatização de 3 (três) salas de aula, da sala da administração, bem como da sala da coordenação. Vale salientar que nesta escola hoje estudam aproximadamente 700 (setecentos) a 800 (oitocentos) alunos, funcionando em 3 (três) turnos.

Portanto, senhores parlamentares, essas reformas, construções e ampliações são fundamentais para o bom funcionamento daquela escola para que a mesma venha oferecer o conforto que o corpo docente, e o corpo discente, bem como os demais trabalhadores necessitam para desempenhar suas funções.

Plenário das Deliberações, 9 de abril de 2013.
Dep. Marcelino Tenório – PRP.

INDICAÇÃO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO - PRP -

Reiterar a necessidade da reforma nas instalações físicas da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Nabuco do município de Ouro Preto do Oeste.

O Parlamentar que este subscreve, indica na forma regimental, ao Poder Executivo, com cópia para a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, a necessidade de uma reforma urgente nas instalações físicas da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Nabuco do município de Ouro Preto do Oeste.

JUSTIFICATIVA

A urgência desta indicação é justificável pela importância estratégica dessa escola para os estudantes do ensino fundamental e médio de Ouro Preto do Oeste. Ali estudam aproximadamente 300 (trezentos) alunos, funcionando em 3 (três) turnos. Apesar das recentes reformas, a Escola Estadual Joaquim Nabuco está precisando de ampliação, principalmente da construção de 1 (uma) pequena quadra coberta e 2 (duas) salas de apoio.

Portanto, esta ampliação aumentará a capacidade de receber alunos e proporcionará mais conforto e comodidade para o seu corpo docente e para os seus alunos, bem como os demais trabalhadores necessitam para desempenhar suas funções.

Plenário das Deliberações, 9 de abril de 2013.
Dep. Marcelino Tenório – PRP.

INDICAÇÃO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO - PSD -

Indica a necessidade de viabilizar a construção de uma piscina coberta no Centro do Idoso, município de Chupinguaia.

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o douto plenário nos termos regimentais, indica ao Governo do Estado de Rondônia, a necessidade viabilizar a construção de uma piscina coberta no Centro do Idoso, município de Chupinguaia.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados, o município de Chupinguaia vislumbra oferecer aos idosos, uma piscina coberta para viabilizar a melhoria de qualidade de vida, através de várias atividades que a água pode proporcionar. Somos sabedores que com a chegada da idade os problemas de saúde também avançam e toda e qualquer atividade física, melhorará e ajudará sensivelmente na redução de doenças.

O clima quente da nossa região propicia prazer com as atividades realizadas na água, além de proporcionar exercícios com menor impacto físico, o que é adequado aos idosos que na maioria sofrem problemas de osteopenia ou osteoporose.

Essa é uma forma de demonstrar nosso respeito e valor por essas pessoas que já batalharam muito pela vida e que merecem um pouco de conforto e lazer.

Plenário das Deliberações, 9 de abril de 2013.
Dep. Hermínio Coelho – PSD

INDICAÇÃO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO - PSD -

Indica a necessidade de viabilizar a recuperação da RO 459, recuperação e cascalhamento do TB-20 e TB-40, do município de Alto Paraíso.

O Deputado que a presente subscreve, ouvido o duto plenário nos termos regimentais, indica ao Governo do Estado de Rondônia, a necessidade de viabilizar junto ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, a recuperação da RO 459, recuperação e cascalhamento do TB-20 e TB-40, do município de Alto Paraíso.

JUSTIFICATIVA

A RO 459 é uma estrada de intenso fluxo de veículos, que agregado ao período chuvoso se encontra praticamente intransitável. É a via que dá acesso ao Garimpo e aos municípios de Ariquemes, Monte Negro e Buritis, ao distrito de Triunfo e à capital Porto Velho, transportando cargas e passageiros. A estrada TB-20 liga o município de Alto Paraíso ao distrito de Triunfo e a TB-40 a RO 459 ao município de Itapuã do Oeste, que também se encontra em péssimo estado, prejudicando o tráfego e dificultando a vida da população.

É imprescindível o agendamento para a efetivação dessas obras, tão logo diminua a chuva para o bem estar da população e evitar transtornos e acidentes comumente com o péssimo estado das estradas.

Plenário das Deliberações, 9 de abril de 2013.
Dep. Hermínio Coelho – PSD

INDICAÇÃO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO - PSD - Indica a necessidade de realizar obras de pavimentação asfáltica, de 5.126 m., na área urbana do município de Chupinguaia.

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o duto plenário nos termos regimentais, indica ao Governo do Estado de Rondônia, a necessidade viabilizar junto ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes, a realização de obras de pavimentação asfáltica, de 5.126m, na área urbana do município de Chupinguaia.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados, esta é uma reivindicação antiga dos moradores dos bairros Cidade Alta, Cidade Nova e Setor 10, que em razão da grande movimentação de trânsito, em períodos chuvosos, as ruas ficam praticamente intransitáveis em razão do lamaçal e em período de seca, a intensa poeira tem provocado renite alérgica, tosse, dificuldade de respirar nos moradores, principalmente crianças e idosos, passando a ser questão de saúde pública.

Procurando assim, viabilizar melhoria nas condições de vida dessas pessoas, solicito aos Nobres Pares a aprovação deste pleito.

Plenário das Deliberações, 9 de abril de 2013.
Dep. Hermínio Coelho – PSD

INDICAÇÃO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO - PSD - Indica a necessidade de realizar obras de pavimentação asfáltica, de 2 km, na Estrada Projetada, linha 119, área rural do município de Chupinguaia.

O Deputado que a presente subscreve, ouvido o duto plenário nos termos regimentais, indica ao Governo do Estado de Rondônia, a necessidade viabilizar junto ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes, a realização de obras de pavimentação asfáltica, de 2 km, na Estrada Projetada, Linha 119 do município de Chupinguaia.

JUSTIFICATIVA

A empresa Group Marfig., sediada no município de Chupinguaia está localizada a 2 km da cidade, e emprega centenas de pessoas da localidade e que todos os dias transitam por este trecho para suas atividades laborais.

O transporte de produtos é realizado por carretas de câmara fria que em época de chuva, ocasiona grande transtorno, tanto à empresa como ao transportador, devido aos atolamentos que por vezes acontecem. O asfaltamento desse trecho irá fomentar ainda mais a economia local, disponibilizando mais empregos, aumentando a renda familiar e econômica do município e do estado de Rondônia, pois viabilizará novos contratos que a empresa hoje deixa de realizar em função da exigência do asfaltamento.

Solicito, portanto, aos Nobres Pares a aprovação deste pleito.

Plenário das Deliberações, 9 de abril de 2013.
Dep. Hermínio Coelho – PSD

INDICAÇÃO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO - PSD - Indica a necessidade de viabilizar a doação do prédio da E.E.E.F “Irmã Dulce”, do município de Cerejeiras.

O Deputado que a presente subscreve, ouvido o duto plenário nos termos regimentais, indica ao Governo do Estado de Rondônia, a necessidade de viabilizar a doação do prédio onde funciona a Escola Estadual de Ensino Fundamental “Irmã Dulce”, do município de Cerejeiras.

JUSTIFICATIVA

Com a doação do prédio, a Prefeitura Municipal viabilizará a implantação de cursos técnicos, através de parceria com o Instituto Federal de Rondônia – PRONATEC, mais Educação entre outros programas do Governo Federal, objetivando oferecer maiores opções de conquista educacional, cultural e profissional a população do referido município, contribuindo na melhoria de qualidade de vida.

Vale ressaltar que atualmente a referida escola tem poucos alunos matriculados, podendo ser absorvidos por outras escolas, sem acarretar nenhum prejuízo.

Plenário das Deliberações, 9 de abril de 2013.
Dep. Hermínio Coelho – PSD

INDICAÇÃO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO - PSD - Indica a necessidade de viabilizar recuperação da Linha 04, 3º Eixo e reabertura das linhas entorno dos Assentamentos Maranata e Zé Bentão, município de Chupinguaia.

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o douto plenário nos termos regimentais, indica ao Governo do Estado de Rondônia, a necessidade de viabilizar junto ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes, a recuperação da Linha 04, 3º Eixo e reabertura das linhas entorno dos Assentamentos Maranata e Zé Bentão, município de Chupinguaia.

JUSTIFICATIVA

Esta reivindicação visa atender aos moradores dessas localidades, aproximadamente 450 famílias que se encontram praticamente isolados, pois a estrada está intrafegável, sem condições de se locomoverem e transportarem seus produtos.

É necessário urgente providências nesse sentido visando oferecer melhores condições de vida e comodidade a essas famílias que tanto batalham para o sustento familiar e pelo desenvolvimento do nosso Estado, para o qual solicito aos Nobres Pares, a aprovação do pleito.

Plenário das Deliberações, 9 de abril de 2013.

Dep. Hermínio Coelho - PSD

INDICAÇÃO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO - PSD - Indica a necessidade de viabilizar projeto de asfaltamento, da "Rodovia do Boi" - RO 370, trecho de 67 km, compreendido entre a BR 391 ao Trevo da Pedra, município de Chupinguaia.

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o douto plenário nos termos regimentais, indica ao Governo do Estado de Rondônia, a necessidade de viabilizar junto ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes, projeto de asfaltamento da "Rodovia do Boi" - RO 370, trecho de 67 km, compreendido entre a BR 391 ao Trevo da Pedra, município de Chupinguaia.

JUSTIFICATIVA

O município de Chupinguaia tem se despontado como grande produtor de bovinos de corte e nos últimos tempos tem se destacado também como produtor de grãos. Possui instalado o frigorífico MARGRIG e secador de grãos, que tem empregado grande parte da população local. Conta também com a Fazenda Juliana, agropecuária de grande porte, produtor de grãos e gado.

O que tem preocupado hoje é a questão do escoamento dessa produção, que com a viabilização do asfaltamento do trecho em epígrafe, fomentará ainda mais a economia local e do Estado, incentivando e agregando novos empreendimentos.

Apesar do referido trecho estar encascalhado com a construção de ponte em concreto sobre o Rio Pimenta e galerias de concreto, é primordial que se aproveite essa demanda para

efetivar o asfaltamento, pois é uma rodovia de grande trafegabilidade, de movimentação de veículos pesados como caminhões, carretas e bi-trens que transportam grãos, tais como a soja, sorgo, milho, arroz, carne, gado para abate, entre outros, sendo mais que justificável o investimento na melhoria da economia rondoniense.

Portanto, Nobres Pares, solicito a aprovação deste pleito.

Plenário das Deliberações, 9 de abril de 2013.

Dep. Hermínio Coelho - PSD

INDICAÇÃO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO - PRP - Indica a necessidade da climatização da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Profª. Margarida Custódio do município de Ouro Preto do Oeste.

O Parlamentar que este subscreve, indica na forma regimental, ao Poder Executivo, com cópia para a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, a necessidade de climatização da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Profª. Margarida Custódio do município de Ouro Preto do Oeste.

JUSTIFICATIVA

Esta indicação visa contribuir com a Secretaria de Estado da Educação no esforço de dotar os estabelecimentos de ensinos estaduais das condições ideais para o seu funcionamento. A Escola Margarida Custódio tem recebido muitos melhoramentos ao longo dos últimos anos, mais está com deficiência na sua climatização, necessitando urgentemente da instalação 13 (treze) centrais de ar condicionado de 18.000 BTUs para proporcionar um melhor conforto para a sua clientela constituída de alunos, professores, técnicos educacionais, pais e mães. Vale salientar que nesta escola estudam aproximadamente 200 (duzentos) alunos, funcionam em 3 (três) turnos.

Portanto, senhores parlamentares, o nosso esforço é fundamental para minimizar os problemas e as deficiências da infraestrutura dos nossos prédios e equipamentos espalhados em todos os municípios. Assim sendo, quero contar com o apoio dos senhores para mais essa luta em prol desse estabelecimento de ensino.

Plenário das Deliberações, 9 de abril de 2013

Dep. Marcelino Tenório - PRP

INDICAÇÃO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO - PRP - Indica a necessidade da execução de obras de asfaltamento na área urbana do distrito de Rondominas, município de Ouro Preto do Oeste, numa extensão de 3 (três) quilômetros.

O Parlamentar que este subscreve, indica na forma regimental, ao Poder Executivo, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, a necessidade urgente da

execução de obras de asfaltamento na área urbana do distrito de Rondominas, município de Ouro Preto do Oeste, numa extensão de 3 (três) quilômetros.

JUSTIFICATIVA

O distrito de Rondominas é bastante representativo para a economia da região da grande Ouro Preto. Dali sai todos os anos boa parte da produção agrícola da região. Dispõe de uma boa estrutura de serviços essenciais, como energia elétrica, escolas, creches, postos de saúde, posto policial, escritório da Emater e escritório da Idaron.

A indústria já desponta com algumas agroindústrias como 1 (um) Laticínio e 1 (uma) indústria de beneficiamento de peixe, suíno e frango.

O comércio é bem expressivo com postos de gasolina, lojas de produtos veterinários, farmácias, materiais de construção, máquina de beneficiamento de café e outros estabelecimentos. Rondominas é também muito forte na produção de leite, café e gato de corte. A sua população essencialmente formada de famílias de origem agrícola e já soma aproximadamente 4.000 (quatro mil) habitantes.

Apesar dessa pujança de um distrito que já tem condições de ser emancipado, está carecendo de pavimentação asfáltica para oferecer um melhor conforto para a sua população e valorizar os investimentos ali já existentes.

Plenário das Deliberações, 9 de abril de 2013
Dep. Marcelino Tenório - PRP

INDICAÇÃO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO - PRP - Indica a necessidade de reforma ampliação e climatização da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio 28 de Novembro, no município de Ouro Preto do Oeste.

O Parlamentar que este subscreve, indica na forma regimental, ao Poder Executivo, com cópia para a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, a necessidade urgente da realização de reforma, ampliação e climatização nas instalações da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio 28 de Novembro, no município de Ouro Preto do Oeste.

JUSTIFICATIVA

Esta providência é necessária e urgente, pois em razão da ampliação das atividades como a implantação do Projeto Alvorada, faltam banheiros para este público, faltam banheiros para atender os estudantes na área da quadra esportiva, e principalmente, faltam banheiros adaptados para portadores de necessidades especiais. Por outro lado, é necessário construir-se um auditório com maior capacidade. Quanto a climatização, é preciso instalar-se novos aparelhos em substituição a aparelhos obsoletos, principalmente nas salas de aula dos pavilhões “C” e “D”, sala de TV Escola, sala de atendimento psicopedagogo, e outros locais. Em síntese, a

Escola 28 de Novembro necessita urgentemente de uma reforma no bloco do Terceirão, construção de 1 (um) auditório com capacidade para 200 pessoas e instalação de 11 (onze) condicionadores de ar de 48.000 BTUs.

A realidade, senhores deputados, é que esta escola necessita muito desta reforma para que os profissionais que ali prestam serviços e os alunos que ali estudam diariamente tenham as mínimas condições de conforto.

Plenário das Deliberações, 9 de abril de 2013
Dep. Marcelino Tenório - PRP

INDICAÇÃO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO - PRP - Indica a necessidade urgente de restauração da RO-470 direta que liga o município de Ouro Preto do Oeste ao município de Vale do Paraíso.

O Parlamentar que este subscreve, indica na forma regimental, ao Poder Executivo, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem DER, a necessidade urgente de restauração da RO – 470 direita que liga o município de Ouro Preto do Oeste ao município de Vale do Paraíso.

JUSTIFICATIVA

A RO-470-direita é uma rodovia vital para o desenvolvimento da região da grande Ouro Preto. Por ela trafegam diariamente milhares veículos de passageiros, de cargas, de passeios, motocicletas, ônibus, ambulâncias e máquinas pesadas. É por ela que é escoada boa parte da produção agrícola da região com destino a Ouro Preto, Ji-Paraná e outras cidades.

Em face desse grande fluxo de veículos, cargas e pessoas, a mesma se encontra em precárias condições, com muitos buracos provocados pela ação das chuvas desse último inverno necessitando urgente de uma restauração no asfalto da mesma.

Plenário das Deliberações, 9 de abril de 2013
Dep. Marcelino Tenório – PRP

INDICAÇÃO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO - PRP - Reiterar a necessidade da reforma nas instalações elétricas da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monteiro Lobato do município de Ouro Preto do Oeste.

O Parlamentar que este subscreve, indica na forma regimental, ao Poder Executivo, com cópia para a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, a necessidade de uma reforma urgente nas instalações elétricas da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monteiro Lobato do município de Ouro Preto do Oeste.

JUSTIFICATIVA

Reiteramos a indicação anterior em função dos problemas que persistem como: transformador inadequado da escola, a carga de energia insuficiente para fazer funcionar a contento os ventiladores e aparelhos de ar condicionado, deixando as salas de aula muito quentes, dificultando o funcionamento do calendário letivo. Essa situação que já perdura por muito tempo vem impossibilitando a permanência dos alunos professores no interior das salas. Também no pavilhão administrativo da escola a corrente elétrica continua insuficiente para o funcionamento dos aparelhos de ar condicionado, prejudicando o trabalho da diretoria e demais setores da escola. Vale salientar que nesta escola estudam aproximadamente 700 (setecentos) a 800 (oitocentos) alunos funcionando em 03 (três) turnos.

Portanto, para minimizar este problemas verificamos ser necessários construir 3 (três) salas de aula, 1 (um) refeitório, 1 (uma) sala de leitura, 1 (uma) sala de leitura, 1 (uma) sala para o projeto TV Escola e climatizar todas as salas de aula. É necessário ainda, reativar o poço artesiano bem como, restaurar os pilares dos reservatórios de água e reformar o transformador que se encontra parado no pátio da escola.

Portanto, senhores parlamentares, esta situação não pode continuar e requer uma posição urgente do Governo no sentido de efetuar esses serviços para recuperar as condições mínimas de funcionamento deste estabelecimento de ensino.

Plenário das Deliberações, 9 de abril de 2013
Dep. Marcelino Tenório - PRP

INDICAÇÃO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO - PRP - Indica a necessidade de asfaltamento nos distritos de Tarilândia, Jaru-Waru, Bom Jesus e Palmares do Oeste.

O Parlamentar que este subscreve, indica na forma regimental, ao Poder Executivo, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a necessidade urgente da execução de obras de asfaltamento nos distritos de Tarilândia, Bom Jesus e Jaru-Waru, pertencentes ao município de Jaru, e Palmares do Oeste, pertencente ao município de Theobroma.

JUSTIFICATIVA

Esses quatro distritos são núcleos urbanos já bem populosos, todos com boa infraestrutura e serviços essenciais. Ambos são servidos de energia elétrica, escolas, creches, postos de saúde, postos policiais, escritórios da Emater e escritórios da Idaron. Todos tem comércio forte, algumas agroindústrias. A pecuária e agricultura em todos é muito forte.

Vale salientar ainda que todos fazem parte da bacia leiteira de Jaru. A pecuária de corte é também muito representativa em toda essa região. Palmares do Oeste tem ainda um diferencial em relação aos outros: recebeu muitas famílias que foram assentadas nos assentamentos Primavera, Rio Branco, Antônio Conselheiro I, II e III, Vale Encantado,

Lamarca, Lagoa Nova, Santa Catarina e as Linhas 50-54-58-62-66 e 68 e concentra uma população de aproximadamente 6.000 mil habitantes.

Em todos esses distritos circulam diariamente veículos de passeio, de carga, ônibus, ambulâncias, motocicletas e bicicletas, que trafegam por ruas esburacadas, causando transtornos à população e prejuízos aos usuários. Portanto, é necessário que o Governo execute pelo menos 1 (um) quilômetro de pavimentação asfáltica em cada um.

Plenário das Deliberações, 9 de abril de 2013
Dep. Marcelino Tenório - PRP

INDICAÇÃO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO - PRP - Indica a necessidade da climatização do Centro de Ensino Especial de Jovens e Adultos – CEEJA Prof. Antônio Almeida do município de Ouro Preto do Oeste.

O Parlamentar que este subscreve, indica na forma regimental, ao Poder Executivo, com cópia para a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, a necessidade de uma reforma urgente nas instalações físicas da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio CEEJA Prof. Antônio Almeida do município de Ouro Preto do Oeste.

JUSTIFICATIVA

Esta indicação visa contribuir com o esforço do Governo através da SEDUC em equipar melhor os nossos estabelecimentos de ensino para dar mais dignidade aos nossos alunos, professores e técnicos da educação.

O CEEJA Prof. Antônio Almeida do município de Ouro Preto do Oeste atende aproximadamente 1.000 (hum) alunos, funcionando na modalidade semestral, em 3 (três) turnos. Todas as suas salas de aula são climatizadas, porém com aparelhos antigos demais, precisando de substituição, pois não refrigeram mais a contento, fazem muito barulho, gastam muito e não compensam mais ser reparados. Portanto, no momento este estabelecimento de ensino diferenciado, tão importante como os estabelecimento de ensino regular, precisa da instalação de pelo menos mais 6 (seis) aparelhos de ar condicionado com capacidade 21.000 BTUs.

Portanto senhores deputados, a nossa contribuição aprovando essa proposição se refletirá no rendimento escolar desses alunos que com muito esforço estão procurando concluir os seus estudos.

Plenário das Deliberações, 9 de abril de 2013
Dep. Marcelino Tenório - PRP

INDICAÇÃO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO - PRP - Indica a necessidade da designação de peritos criminais para os municípios de Jaru e Ouro Preto do Oeste.

O Parlamentar que este subscreve, indica na forma regimental, ao Poder Executivo, com cópia para a Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC, a necessidade urgente da designação de peritos criminais para os municípios de Jaru e Ouro Preto do Oeste.

JUSTIFICATIVA

Considerando as dimensões territoriais do Estado, bem como o crescimento populacional ao longo dos últimos anos, que resultaram numa exigência maior da presença estatal com a implementação de políticas voltadas ao anseio da sociedade rondoniense.

Considerando, que a região da bacia leiteira, que abrange os principais municípios de Jaru e Ouro Preto do Oeste, abrange os municípios menores de Mirante da Serra, Nova União, Vale do Paraíso, Teixeiraópolis, Urupá, Theobroma, Vale do Anari e os distritos de Tarilândia, Bom Jesus, Jaru-Waru e outros, tem vivido um crescimento econômico notável, e na contramão desse progresso, o Estado tem diligenciado de forma desalinhada com alguns serviços de competência da SESDEC, entre os quais a perícia técnica criminal.

A centralização desses serviços no município de Ariquemes, vem acarretando muitos prejuízos para a população dessa região, colocando as delegacias dessa região na dependência da disponibilidade de profissionais lotados em Ariquemes ou Ji-Paraná. Dependendo da ocorrência ou sinistro, o perito demora de 5 (cinco) a 6 (seis) horas para chegar ao local. Portanto, é necessária e urgente, a designação de peritos criminais para atender e dar suporte aos serviços de perícias em toda aquela região.

Plenário das Deliberações, 9 de abril de 2013
Dep. Marcelino Tenório - PRP

INDICAÇÃO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO - PRP -

Reiterar a necessidade da reforma nas instalações físicas da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim de Lima Avelino do município de Ouro Preto do Oeste.

O Parlamentar que este subscreve, indica na forma regimental, ao Poder Executivo, com cópia para a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, a necessidade de uma reforma urgente nas instalações físicas da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim de Lima Avelino do município de Ouro Preto do Oeste.

JUSTIFICATIVA

A urgência desta indicação se justifica porque a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim de Lima Avelino é uma escola muito importante para a cidade de Ouro Preto do Oeste, pois ali estudam aproximadamente 700 (setecentos) a 800 (oitocentos) alunos funcionando em 3 (três) turnos e as suas instalações são insuficientes para abrigar com conforto toda essa clientela escolar e também os professores e trabalhadores que prestam serviços diariamente.

Portanto, é necessária uma revisão geral no sistema de climatização, sendo urgente um reparo nos aparelhos principalmente das salas de prestação de contas e direção, laboratório de informática, sala de multimeios, biblioteca; substituição de aparelhos de ar condicionado das salas de aula, auditório, sala de vídeo e secretaria, sala de leitura, laboratório de ciências/química e biologia, sala de jogos, sala dos professores, salas de orientação e supervisão, cozinha e refeitório e TV Escola, pintura geral das instalações, substituição também de telhado e janelas de todos os ambientes; adequação dos banheiros dos funcionários e dos alunos; adequação das 13 (treze) salas de aula; colocação de cerâmicas em todas as paredes dos banheiros e salas de aula, ampliação e adequação do refeitório, adequação de quadra e dos vestiários, com colocação de grades e troca de lâmpadas, construção de 2 (dois) depósitos para guardar materiais de uso geral, ampliação da cozinha, construção de 1 (uma) área de serviço, ampliação das salas da secretaria, orientação, TV Escola, Sala de leitura e sala dos professores; reforma da cobertura do pátio; construção de 1 (uma) quadra de areia para aulas de educação física; colocação de cerâmica nas paredes externas da escola; construção de estacionamento interno para motos e bicicletas; construção de estacionamento externo para carros; troca das janelas e portas do auditório; reforma do muro, com elevação da altura; instalação de 1 (um) portão para entrada de caminhões na lateral esquerda para o escoamento de entulhos e recebimento de material; instalação de uma grade de divisão entre os prédios da sala de vídeo da sala de vídeo e o laboratório; construção de 5 (cinco) salas de aula; construção de 3 (três) fossas sépticas; adequação da rede de esgoto e hidráulica; troca de caixa d'água; construção de 01 (um) laboratório de informática; construção de 1 (um) laboratório de ciências/biológica.

Portanto senhores parlamentares, essas reformas, construções e ampliações são fundamentais para o bom funcionamento daquela escola para que a mesma venha oferecer o conforto que o corpo docente o corpo discente, bem como os demais trabalhadores necessitam para desempenhar suas funções.

Plenário das Deliberações, 9 de abril de 2013
Dep. Marcelino Tenório - PRP

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº1067/2013-SRH/P/ALE**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

P R O R R O G A R

A Comissão para Acompanhamento da Transposição, e definir as medidas pertinentes à Transposição dos servidores do Poder Legislativo do Estado de Rondônia, instituída pelo ATO Nº2237/2011-SRH/MD/ALE, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº 128 pag. nº 138, de 05/10/2012, até 30 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 d abril de 2013.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1066/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

P R O R R O G A R

A Comissão de Automação da Ficha Cadastral e Financeira, instituída pelo ATO Nº0827/2012-SRH/MD/ALE, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº 046 pag. nº 306, de 13/04/2012, até 30 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de março de 2013.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1065/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

P R O R R O G A R

A Comissão de Acompanhamento e Certificação de Serviços de Telefonia da Assembleia Legislativa, instituída pelo ATO Nº1067/2012-SRH/P/ALE, publicada no Diário Oficial da ALE-

RO nº 084 pag. nº 955, de 24/10/2012, até 30 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de abril de 2013.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1060/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

P R O R R O G A R

A Comissão de Acompanhamento e Certificação de Serviços em Digitalização da Assembleia Legislativa, instituída pelo ATO Nº1166/2012-SRH/P/ALE, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº 082 pag. nº 955, de 24/10/2012, até 30 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de abril de 2013.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1064/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

P R O R R O G A R

A Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços de Informática da Assembleia Legislativa, instituída pelo ATO Nº0741/2012-SRH/MD/ALE, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº 041 pag. nº 251, de 04/04/2012, até 30 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de abril de 2013.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1063/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

PRORROGAR

A Comissão de Tomada de Contas Especial, instituída pelo ATO Nº0202/2012-SRH/MD/ALE, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº 015 pag. nº 85, de 16/02/2012, até 30 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de abril de 2013.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1062/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

PRORROGAR

A Comissão Especial de Regularização Contábil, instituída pelo ATO Nº762/2012-SRH/P/ALE, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº 055 pag. nº 686, de 03/09/2012, até 30 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de abril de 2013.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1061/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

PRORROGAR

A Comissão Especial de Novo Plano de Carreiras, Cargos e Remunerações dos Servidores deste Poder Legislativo, instituída pelo ATO Nº01324/2012-SRH/P/ALE, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº 102 pag. nº 1153, de 26/11/2012, até 30 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de abril de 2013.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1069/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos

do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

PRORROGAR

A Comissão Especial para Levantamento e Análise das Contribuições Previdenciárias dos repasses efetuados ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Rondônia-IPERON, instituída pelo ATO Nº0631/2012-SRH/P/ALE, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº 040 pag. nº 448, de 08/08/2012, até 30 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de abril de 2013.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1068/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

PRORROGAR

A Comissão de Revisão da Folha de Pagamento, instituída pelo ATO Nº0935/2012-SRH/P/ALE, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº 056 pag. nº 695, de 04/09/2012, até 30 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de abril de 2013.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1070/2013-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 326/05, alterada pela LC nº 613, de 21 de março de 2011, resolve:

PRORROGAR

A Comissão Especial de Licitação para Contratação de Agência de Propaganda para Prestação de Serviços de Publicidade, instituída pelo ATO Nº0908/2012-SRH/MD/ALE, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº 051 pag. nº 360, de 20/04/2012, até 30 de maio de 2013.

Porto Velho, 10 de abril de 2013.

José Hermínio Coelho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

SEC.DE PLAN.E MOD.DA GESTÃO

PORTARIA Nº 008 SPMG-ALE/2013

Porto Velho, 18 de abril de 2013.

Ajusta o Quadro de Detalhamento da
Assembleia Legislativa do Estado de
Rondônia

O Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 001/2013-MD/ALE e conforme autorização contida no § 1º, do Artigo 8º, da Lei nº 2961, de 28 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Promover Ajuste necessário ao Quadro de Detalhamento da Despesa, para atender as necessidades, conforme abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
01.001.01.122.2013.1204	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA CONSTRUIR O PRÉDIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	4.4.90.51	100	500.000,00
TOTAL				500.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
01.001.01.122.2013.1204	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA CONSTRUIR O PRÉDIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	4.4.90.39	100	500.000,00
TOTAL				500.000,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luciano dos Santos Guimarães
Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão

ERRATA

O Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Promover Correção no preâmbulo das Portarias nºs: 001/ SPMG-ALE/2013, 002/SPMG-ALE/2012, 003/SPMG-ALE/2013, 004/SPMG-ALE/2013 e 005/SPMG-AL

Onde se lê:	Lei nº 2.691, de 28 de dezembro de 2012
-------------	---

Leia-se:	Lei nº 2.961, de 28 de dezembro de 2012
----------	---

Porto Velho, 18 de abril de 2013.

Luciano dos Santos Guimarães
Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão